

Por um anno 104000
Por seis meses 56000
Por tres mezes 34000

Avulso por folha 4040
Anuncios, por linha 4060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que fôrarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Por um anno 124000
Por seis mezes 64000
Por tres mezes 34000

Communicados e correspondencias, por linha 4060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
3.ª Repartição—1.ª Secção

Atendendo ao que me foi representado pela camara municipal de Sabrosa, expondo os inconvenientes e prejuizos que resultam aos povos do seu concelho, de serem julgadas no juizo de policia correccional as causas sobre coimas, policia municipal ou transgressões de posturas, e pedindo a revogação do decreto de 13 de dezembro de 1856, que transferiu dos juizes eleitos para o juizo correccional o julgamento das ditas causas; vista a informação documentada do governador civil do distrito de Villa Real, que justifica as razões de utilidade publica e municipal, produzidas pela camara supplicante: hei por bem, usando da faculdade concedida ao governo pela lei de 18 de abril do anno passado, revogar o citado decreto de 13 de dezembro de 1856, na parte relativa ao concelho de Sabrosa, a fim de que nas freguezias que o compõem reverta para os respectivos juizes eleitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justiça, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 24 de maio de 1860.—**REI.**—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA
1.ª Repartição

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DAS SEGUINTES DATAS

1860
Maio 10 Bacharel José Ribeiro Perry—transferido, pelo requerer, do lugar de delegado do procurador regio na comarca occidental do Funchal para identico lugar de delegado na comarca de Fafe.

» » Bacharel Sebastião Frederico Rodrigues Real, que foi delegado do procurador regio na comarca oriental do Funchal—nomeado para identico lugar de delegado na comarca occidental do Funchal.

» » 18 Bacharel Antonio Augusto Cabral de Sousa Pires—transferido, pelo requerer, do lugar de juiz de direito da comarca de Trancoso para o lugar de juiz de direito da comarca de Baião.

» » Bacharel José Manuel Chripiniano da Fonseca—transferido do lugar de juiz de direito da comarca de Baião, onde tinha domicilio, como ultimamente constou, para o lugar de juiz de direito da comarca de Resende.

» » 2 João Francisco de Almada—provido no officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgado de Santa Anna, na comarca oriental do Funchal, vago por fallecimento de José Antonio do Espírito Santo.

» » 14 Luiz de Mello—provido no officio de contador e distribuidor do juizo de direito da comarca de Agueda, vago pela exoneração concedida a José de Mello.

» » Francisco Paganino Xavier de Lemos—transferido, pelo requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgado da Gollegã, para identico officio de escrivão e tabellião do julgado da Barquinha, na comarca de Torres Novas.

» » João Correia Christiano—provido no officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgado da Gollegã.

» » Eduardo Pereira Coelho Lima—transferido, pelo requerer, do officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Guimarães para identico officio de escrivão e tabellião da comarca de Barcellos.

» » 23 Adriano Dias Vera—provido no officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgado de Villa de Rei, na comarca da Certã, vago pela exoneração concedida a José Lopes Leal.

» » 30 José de Almeida Azevedo—provido no officio de escrivão do juizo de paz do distrito de Carvalhães, no julgado de S. Pedro do Sul, vago por fallecimento de Joaquim de Almeida Azevedo.

» » José Antonio Gomes—provido no officio de escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgado de Paredes.

» » Francisco Antonio de Sousa—provido no officio de escrivão do juizo de paz do distrito de Mouraz, em Tondella, vago por fallecimento de Honorio Viriato da Costa.

Tomando em consideração a proposta do conselheiro presidente da relação do Porto de 3 do corrente, sobre o resultado do concurso documental, a que mandei proceder conforme o decreto de 3 de março de 1858, para o provimento do emprego de guarda menor da dita relação; e attendendo a que José Correia de Freitas Silva e Carvalho, alem das suas habilitações legais, mostra ter sido escrivão encartado da antiga relação e casa do Porto, onde exerceu as funções de seu officio por espaço de onze annos até á extincção d'ella; e a que por mais de dezoito annos tem servido no archivo da actual relação, sempre com intelligencia e probidade; pelo que foi contemplado em primeiro lugar na referida proposta: hei por bem fazer-lhe mercê do mencionado emprego de guarda menor da relação do Porto, vago por fallecimento de Luiz da Silva Maia.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça

executar. Paço, em 18 de maio de 1860.—**REI.**—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins*.

Tendo presentes as informações e diligencias respectivas ao concurso a que mandei proceder, em conformidade dos decretos de 20 de setembro de 1849 e 10 de fevereiro de 1858, para o provimento de um dos officios de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Tondella; e tomando em consideração que Francisco Xavier Pereira de Sousa Leão, escrivão e tabellião do juizo ordinario do julgado de Paredes, foi um dos candidatos approvado pelos examinadores em primeira classe, attentas as provas que deu no exame, assim oras como por escripto: hei por bem fazer-lhe mercê do officio de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Tondella, vago pela transferencia de Carlos Elzario Maldonado.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 30 de maio de 1860.—**REI.**—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES

Em virtude da autorização concedida ao governo pelo § 2.º do artigo 1.º da carta de lei de 28 de maio ultimo: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar que a aguardente estrangeira possa ser admitida na alfandega da Barca de Alva, por transitio, para a da cidade do Porto, aonde somente terá logar o seu despacho para consumo, sendo acompanhada da competente guia, empregando-se os meios de fiscalização que se julgarem convenientes para que se não abuse d'esta concessão em prejuizo dos interesses da fazenda publica. O que se comunica ao director interino da alfandega do Porto para os effectos necessarios.

Paço, em 6 de junho de 1860.—*José Maria do Casal Ribeiro*.—Para o director interino da alfandega do Porto.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA FORMA E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADA PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se amunha, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalleica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

Lista 1742

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 3 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º

do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRITO DO PORTO

CONCELHO DE BAIÃO

Inventario n.º 402

27298 Fóro de 7 1/2 réis, nove trinta e dois avos de um alqueire de trigo, tres alqueires de meioado, tres trinta e dois avos de uma espadua, tres trinta e dois avos de um carneiro, tres oitavos de uma gallinha, e quatro ovos e meio, imposto em parte do casal da Castanheira e pertencas, sita onde chamam a Queimada, na freguezia de S. João de Ovil: praso em vidas. Emphyteutas Joanna e Maria, filhas de Domingos Ribeiro Monteiro—258657.

27299 Fóro de 163 1/2 réis, dezenove trinta e dois avos de um alqueire de trigo, sete alqueires e uma oitava de meioado, uma gallinha e um oitavo, tres trinta e dois avos de uma espadua, nove trinta e dois avos de um carneiro, e dez ovos e meio, imposto em parte dos casaes de Castanheira e Broscos e pertencas, sitas na freguezia de S. João de Ovil: praso em vidas. Emphyteutas Joanna e Maria, filhas de Domingos Ribeiro Monteiro—623225.

27300 Fóro de 41 1/2 réis, tres dezeseis avos de um alqueire de trigo, um alqueire onze dezeseis avos de meioado, tres trinta e dois avos de um carneiro, tres trinta e dois avos de uma canada de manteiga, tres oitavos de uma gallinha, e tres oitavos de um frangão, imposto em parte do casal do Valle e pertencas, sita em Aram, freguezia de Loivos: praso em vidas. Emphyteuta Alexandre Pinto da Prieira—153962.

27301 Fóro de 41 1/2 réis, tres dezeseis avos de um alqueire de trigo, um alqueire e onze dezeseis avos de meioado, tres trinta e dois avos de um carneiro, tres trinta e dois avos de uma canada de manteiga, tres oitavos de uma gallinha, e tres oitavos de um frangão, imposto em parte do casal do Valle e pertencas, sita em Aram, na freguezia de Loivos: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Pereira, filho de Manuel Pereira—153962.

27302 Fóro de 41 1/2 réis, tres dezeseis avos de um alqueire de trigo, um alqueire e onze dezeseis avos de meioado, tres trinta e dois avos de um carneiro, tres trinta e dois avos de uma canada de manteiga, tres oitavos de uma gallinha, e tres oitavos de um frangão, imposto em parte do casal do Valle e pertencas, sita em Aram, na freguezia de Loivos: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Ribeiro de Miranda—153962.

27303 Fóro de 26605 1/2 réis, dois alqueires e treze sessenta e quatro avos de meioado, duas lampreias e um quarto, e tres dezeseis avos de um savel, im-

posto em parte do casal do Covo e pertencas, sita na freguezia de Anece: praso em vidas. Emphyteuta José Monteiro Francisco (tem consortes)—648487.

27304 Fóro de 45379 1/2 réis, e duas lampreias e um quarto, imposto em parte da Quebrada da Abadia e pertencas, sita na freguezia de Anece: praso em vidas. Emphyteuta Antonia Maria, viuva, de Lordello (tem consortes)—803429.

27305 Fóro de 56 1/2 réis, alqueire e meio de trigo, alqueire e meio de meioado, doze canadas de vinho maduro cozido, e tres quartos de uma gallinha, imposto em parte do casal do Soffio e pertencas, sita na freguezia de Santa Cruz: praso em vidas. Emphyteutas Luiz José Correia e sua mulher (tem consortes)—363928.

27306 Fóro de 45 réis, um alqueire e vinte e cinco trinta e dois avos de trigo um alqueire e onze dezeseis avos de meioado, tres quartas de um alqueire de ceneto, tres dezeseis avos de um carneiro, e quartilho e meio de manteiga, imposto em parte do casal da Bajouca e pertencas, sita na Raposeira, freguezia de Ovil: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Pinto Ribeiro de Roxella (tem consortes)—373355.

27307 Fóro de 45 réis, quinze trinta e dois avos de um alqueire de trigo, quatro alqueires e uma oitava de meioado, vinte e tres arrateis e cinco oitavos de marrã, nove dezeseis avos de um carneiro, duas gallinhas e um quarto, e dois quartilhos e um quarto de manteiga, imposto em parte do casal do Outeiro e pertencas, sita em Ouleressa, freguezia de S. João de Ovil: praso em vidas. Emphyteutas Bernardo Ribeiro e sua mulher (tem consortes)—668531.

27308 Fóro de 57 3/4 réis, um alqueire e trinta e um trinta e dois avos de trigo, nove trinta e dois avos de um carneiro, vinte e um trinta e dois avos de uma canada de manteiga, e tres quartos de uma gallinha, imposto em parte dos casaes de Cabo Villa, e Cima de Villa, sita na freguezia de Loivos: praso em vidas. Emphyteuta Maria Clara de Castro, viuva de José Borges—263543.

27309 Fóro de 33 3/4 réis, tres alqueires e meio de trigo, nove trinta e dois avos de um alqueire de meioado, tres oitavos de uma gallinha, tres dezeseis avos de um carneiro, e tres quartos de um quartilho de manteiga, imposto em parte dos casaes de Cabo Villa, Aram e pertencas, sita na freguezia de Loivos do Monte: praso em vidas. Emphyteuta D. Rosa Joaquina de Freitas, viuva (tem consortes)—193965.

27310 Fóro de nove trinta e dois avos de um alqueire de trigo, seis alqueires e tres dezeseis avos de meioado, quinze sessenta e quatro avos de um carneiro, quinze sessenta e quatro avos de uma espadua, tres oitavos de uma gallinha, e doze ovos e tres quartos, imposto em parte do casal primeiro da Cal e pertencas, sita nas Vroscas, freguezia de S. João de Ovil: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Ribeiro de Carvalho—493734.

Somma R. 5173740

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 23 de maio de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva*.

RECTIFICACÕES

Na lista de fóros n.º 125, do 1.º do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

Na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

Na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 126, de 2 do corrente, verba n.º 27232, onde está—Fóro de 500 réis—leia-se—Fóro de 500 réis; e a avaliação de 145000—leia-se—150000.

na lista de venda de fóros n.º 1738, publicada no *Diario de Lisboa*

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercício na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretário geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiência publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 14 do corrente mez de maio do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso de recrutamento d'este anno n.º 424: hei por bem dar provimento no mesmo recurso quanto aos recorrentes Manuel, filho de Theozza Caldeira; Bernardo, filho de Pedro Manuel de Araujo; e José, filho de Antonio Rodrigues; todos da freguezia de Pombeiro, concelho de Arganil, districto de Coimbra: e denega-lo quanto aos recorrentes José, filho de Manuel Gomes da Silva; José, filho de José Antonio; José, filho de Manuel Lopes Ferreira; José, filho de Maria Theresia; e Venancio, filho de José Soares Baptista; estes tambem da mesma freguezia: porque aquelles tres é applicavel, e a estes cinco não, o n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 14 de maio de 1860. — REI. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme. — Antonio de Roberdo. Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que confere com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860. — José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida. — O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECTIFICAÇÕES

No *Diário de Lisboa* n.º 129, de quarta-feira 6 do corrente mez de junho, pag. 604, col. 4.ª, no accordão do supremo tribunal de justiça, onde diz — do supremo — deve ler-se — no supremo —, e na col. 5.ª, onde diz — e a diversas pessoas — deve ler-se — e a diversas penas —.

Secretaria do supremo tribunal de justiça, 8 de junho de 1860. — O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Casimiro José de Almeida, como receptor do fco do concelho de Alemquer, desde 14 de janeiro de 1854 até 30 de junho de 1856, se proferiu no tribunal de contas o accordão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que, visto o relatório fl. 12, e a informação da direcção fl. 79 d'este processo, respectivo á conta da responsabilidade de Casimiro José de Almeida, como receptor do fco do concelho de Alemquer, desde 14 de janeiro de 1854 até 30 de junho de 1856; vistos os documentos que instruem o processo e acompanham o primitivo estado da conta, fl. 2, desde fl. 4 a fl. 11, e vistos os que decorrem de fl. 15 a fl. 75, com que se comprova e legalisa o novo estado da conta fl. 82; mostra-se importor o debito e o credito em uma igual quantia de 71:290\$174 réis, compondo-se este de 37:875\$056 réis, entregues nas caixas contraes do ministerio da fazenda, como provam os recibos originaes que acompanham a relação fl. 13, de 28\$200 réis de receita virtual mandada annullar na conformidade das relações fl. 7 e 8, bem como de 32:053\$558 réis em documentos de cobrança, que por balanço passaram para nova conta da gerencia d'este responsavel do anno economico seguinte de 1856 a 1857, como faz certo o resumo, modelo n.º 3 B, fl. 10, e de réis 1:531\$360 em dinheiro, que tambem existia em poder d'este responsavel em 30 de junho de 1856, e por balanço passou igualmente para a nova conta do anno economico seguinte, como attesta o modelo n.º 10 A, fl. 11; e porque do requerimento fl. 78, e do mais que consta do processo fl. 76 e 77, e a fl. 80 e 83 v., se mostra outrossim que n'aquelle se observaram todas as solemnidades prescritas pela lei: julgam o estado da conta fl. 82 bem e devidamente ajustado e comprovado, assim em relação ao debito, como em relação a cada uma das addições de que se compõe o credito; e em taes termos o responsavel Casimiro José de Almeida quite, e livre de responsabilidade para com a fazenda, na qualidade do receptor do concelho de Alemquer no periodo decorrido desde 14 de janeiro de 1854 até 30 de junho de 1856, de que se trata n'este processo, com declaração de que ficar lançado em debito para a nova conta da sua gerencia no anno economico de 1856 a 1857, como fica exposto, o saldo de réis 33:583\$918 réis, que para ella passou por balanço, sendo em documentos de cobrança 32:053\$558 réis e 1:531\$360 réis em dinheiro.

Lisboa, 4 de maio de 1860. — Albergaria, relator — Larcher — Margiochi — Dr. Nogueira Soares. — Eu presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 16 de maio de 1860. — Castano Francisco Pereira Garces.

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda publicar a taxa das gratificações, que estão marcadas no programma do corrente anno, para os mestres de officinas ou fabricas, ou donos de lojas, que desejarem tomar aprendizes ou caixeiros de entre os alumnos da casa pia, que estão nas circumstancias de receber aquelle destino.

As ditas gratificações são de tres classes: 20\$000 réis, 25\$000 réis, 30\$000 réis. Serão fixadas segundo as circumstancias do alumno, e a natureza do aprendizado a que elle se destinar, e pagas no fim do primeiro anno do aprendizado.

No fim do segundo anno do aprendizado pagar-se-ha metade das gratificações, que se houver fixado para o primeiro anno d'elle.

Os alumnos levam tambem o seu futo, e a roupa do seu uso, e em certos casos cama.

As pessoas, que desejarem quizesquer outros esclarecimentos a este respeito, poderão dirigir-se ao director da casa pia, que li-os poderá prestar.

A administração julga que o conhecimento d'estas circumstancias, junto ao que pelos annuncios anteriores já tem levado ao conhecimento do publico com a verdade e a franqueza com que se lhe deve fallar sempre, continuará a promover a saída dos orphãos d'esta casa, tão necessaria para se ultimar a execução das disposições reclandadas para a salubridade d'ella, e tão útil por este modo, que dá aos alumnos um destino conveniente.

Belen, 28 de maio de 1860. — O director, Francisco de Paula Hertz.

LYCEU NACIONAL DE LISBOA

O conselho do lyceu nacional de Lisboa manda annunciar que os requerimentos dos alumnos estranhos ao lyceu, que pretendam n'elle ser examina-

dos no proximo mez de julho, se recebem desde já na caixa da secretaria do mesmo lyceu, provisoriamente estabelecida no edificio do largo do Poço Novo, com entrada pela rua dos Poyas de S. Bento n.º 7; e que para regularidade d'este serviço tem resolvido que, passado o dia 16 do corrente mez, não seja attendido requerimento algum para o indicado fim, reservando-se ao conselho apreciar a justificação de alguma causa, com que posteriormente se pretenda mostrar a impossibilidade de ter requerido por si ou por outrem no mencionado prazo.

Os examinandos, ou quem os represente, deverão n'um só requerimento declarar todos os exames que pretendem fazer na indicada epocha, ainda mesmo os que hajam de depender do exito de outros, a que tenham de ser previamente admittidos; e no dia immediato á entrada do requerimento comparecerão na dita secretaria, não só para se informarem do despacho que tiverem obtido, mas tambem para procederem aos mais actos preparatorios que a lei determina, entendendo-se terem desistido da pretensão os que assim não tiverem praticado até o dia 18 do corrente mez, passado o qual dia se tratará de organizar as pautas dos examinandos, nas quaes serão somente incluídos os que tiverem satisfeito a todas estas prescripções legais.

Todos os requerimentos serão escriptos em papel com o sello da lei, e devem conter o nome, filiação, patria, idade, e actual residencia do examinando.

Secretaria do lyceu nacional de Lisboa, 1 de junho de 1860. — José Maria da Silveira Almeida, secretario.

PRIMEIRA DIVISÃO MILITAR

S. ex.ª o sr. tenente general conde de Santa Maria, commandante da divisão, em consequência das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 21 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general, na rua de S. José, o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto d'esta divisão militar, e das forragens para os cavallos e mures do regimento de artilheria e cavallaria, desde o 1.º de julho até 30 de setembro do corrente anno, com as condições prescritas no artigo 44.º do regulamento da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e na conformidade da portaria de 25 de maio de 1859, publicada no *Diário do Governo* de 27 do dito mez.

Quartel general da 1.ª divisão militar, em 5 de junho de 1860. — Francisco da Cunha e Menezes, major addido.

REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Quem quizer fornecer, a prompto pagamento, generos de mercancia, pão, lenha e toucinho para consumo do hospital militar permanente de Lisboa no proximo trimestre, poderá comparecer no dia 14 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, no referido hospital, á Estrella, onde, perante a commissão administrativa do mesmo, terá logar a arrematação com as condições n'este acto presentes.

Quem quizer fornecer, a prompto pagamento, carne de vacca para consumo do hospital militar permanente de Lisboa, pelo tempo que se convencionar, poderá comparecer no dia 14 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, no referido hospital, á Estrella, onde, perante a commissão administrativa, terá logar a arrematação com as condições que serão presentes.

Em 6 de junho de 1860. — Francisco de Assumpção, cirurgião em chefe do exercito.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 11 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de vinte cascos de vinho tinto e seis de vinagre, para consumo das tripulações dos navios da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 6 de junho de 1860. — O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

GUARDA MUNICIPAL DE LISBOA

As pessoas a quem convier arrematar o fornecimento de forragens a secco para os cavallos d'esta guarda, a contar de 1 de julho proximo futuro até 30 de junho do anno seguinte, ou pelo tempo que se convencionar, devem comparecer na secretaria da dita guarda no dia 23 do corrente mez, pelas onze horas da manhã.

Quartel geral do Carmo, 7 de junho de 1860. — José Joaquim da Silva, capitão quartel mestre, secretario.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Antonio José Guedes Horta e Silva, Antonio de Sousa Salgado — Carlos Bento da Silva, Carlos Zeferino Pinto Coelho — Domingos Rafael Alves — Ermelinda Julia de Carvalho — Francisco Evangelista Pacheco, Francisco Ferreira Ré — Guedes (sr.) — João Rebelo da Costa Cabral, José Antonio Rodrigues, José Maria do Casal Ribeiro — Luiz José Coelho — Ministro da Guerra — Pedro Augusto Franco — Redactor do *Agapito*.

CARTA RETIDA POR FALTA DE FRANQUIA

Para New York Kuples (mr.) — Seward (mr.) Administração central do correio de Lisboa, em 8 de junho de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

Em virtude de resolução da camara dos dignos pares do reino, tomada em sessão de hoje, publica-se o seguinte

PROJECTO DE LEI N.º 26

Artigo 1.º Ficam abolidos por immediata disposição d'esta lei todos os morgados e capellas, tanto no continente do reino, como nas ilhas adjacentes e provincias ultramarinas, salvas as modificações e determinações decretadas nos artigos seguintes.

Art. 2.º Não são comprehendidos na disposição do artigo antecedente:

1.º Os morgados e capellas da real casa de Bragança, e que pertencem á dotação do primogenito do rei, por virtude da carta patente do sr. D. João IV de 27 de outubro de 1645.

2.º Os morgados e capellas, que actualmente forem administrados pelos pares do reino, e que serão considerados como sua dotação, ou parte d'ella.

3.º Os morgados, ou capellas, que tiverem sido subrogados em titulos de divida fundada do estado; mas sem prejuizo da amortisação dos mesmos titulos, quando venha a ter logar ao par pelo seu valor nominal.

Art. 3.º É permitida, para dotação do pariatto, a vinculação em fôros, censos ou pensões predias, ou em titulos de divida fundada do estado, com as-

sentamento na junta do credito publico, que produza um rendimento liquido não inferior a réis 1:600\$000, nem superior a 2:400\$000 réis.

Art. 4.º É permitida igualmente aos pares do reino e seus successores no pariatto a annexação nos ditos fôros, censos, pensões predias, ou titulos de divida fundada do estado, aos morgados ou capellas de que trata o n.º 2.º do artigo 2.º, quando estes vinculos não produzam o referido rendimento de 2:400\$000 réis, e somente em tanta parte de bens das designadas especies, quanta for necessaria a prefazer o mesmo rendimento.

Art. 5.º Os morgados ou capellas, conservados, instituidos, ou annexados, como dotação do pariatto, por virtude d'esta lei, entram na regra geral da abolição determinada no artigo 1.º e seus effectos legais, por fallecimento dos pares do reino sem successor no pariatto, ou quando o successor não chegar a habilitar-se, seja privado da dignidade de par, ou a ella renuncie, sem deixar descendente do que o represente, em conformidade com os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º da carta de lei de 11 de abril de 1845.

Art. 6.º Cada um dos predios rusticos ou urbanos, que pertencerem aos morgados ou capellas abolidos, desde já, pelo artigo 1.º, ou que tiverem de o ser nos casos do artigo antecedente, poderão ser convertidos pelos seus actuaes, ou ultimos administradores, em prazos foteosins e familiares da nomeação livre ou restricta.

§ 1.º Se os predios rusticos ou urbanos, pertencentes a vinculos abolidos, já tivessem, antes da vinculação, e conservassem n'ella a natureza de prazos, continuará a ter a mesma natureza nos termos d'este artigo.

§ 2.º A conversão em prazos foteosins, familiares de nomeação, dos ditos predios, rusticos ou urbanos, será feita, por escriptura outorgada nas nos de tabellião publico, a determinada pessoa, individual ou moral, á qual se transmitirá logo o dominio directo, com aquella quantidade de fôro e de laudemio que os outorgantes tiverem por conveniente fixar.

§ 3.º A mesma conversão poderá ser feita pelos actuaes ou ultimos administradores dos vinculos, em seu testamento ou codicillo, em que se designe a pessoa da familia a quem fica pertencendo o dominio, e a pessoa, individual ou moral, a quem fica pertencendo a quantidade de fôro annual. Na falta de declaração acerca da quantidade do laudemio, se entenderá esta ser na razão de um por milhar do valor venal da propriedade.

§ 4.º Esta conversão, ou seja feita por escriptura publica, ou em testamento, não poderá ser rescindida nem annullada por motivos de lesão, salvo sempre os casos da falta de consentimento valido da parte dos outorgantes ou testadores, ou da não observancia das solemnidades essenciaes requeridas por direito para a validade de similhantes titulos.

§ 5.º Se a pessoa nomeada como senhor directo não aceitar o respectivo dominio, ou o renunciar, se entenderá substituída a santa casa da misericórdia de Lisboa.

Art. 7.º A faculdade concedida no artigo antecedente aos actuaes ou ultimos administradores dos morgados e capellas, de converter os respectivos predios, rusticos ou urbanos, em prazos foteosins, familiares, de nomeação, é tambem concedida aos pares do reino, tanto para a conversão de toda ou parte dos predios vinculados, que possuirem, como para constituição ou melhoramento de dotação, nos termos da presente lei.

§ 1.º Os prazos assim convertidos, ou constituidos ou annexados, ficam tendo somente a natureza de bens dotaes, e passarão pelo ministerio da lei ao presumido successor, radicando-se o seu dominio e prazo sempre n'aquelle pessoa que succeder no pariatto, nos termos da carta de lei de 11 de abril de 1845.

§ 2.º Se o par não tiver successor, passarão os mesmos prazos áquella pessoa ou pessoas a quem elle os nomear, ou a que tocarem na falta de nomeação, tendo então logar a successão como da propriedade adquirida pelo mesmo par fallecido sem successão no pariatto.

Art. 8.º Assim os bens do morgado ou capellas existentes actualmente em predios rusticos ou urbanos, conservados para dotação do pariatto, nos termos do artigo 2.º § 2.º da presente lei, como os que forem convertidos ou constituidos em prazos foteosins, familiares e de nomeação, nos termos do artigo 6.º e antecedente, serão registrados como encargo real no registro das hypothecas, respectivo á situação dos bens, sem o que serão tidos como plenamente alodiarios e livres do mesmo encargo, vincular ou emphyteutico.

Art. 9.º O administrador do morgado ou capella, abolido por esta lei, continuará a gosar, até á sua morte, de todos os bens desvinculados; mas só poderá dispor *inter vivos*, ou *causa mortis*, de metade da propriedade dos ditos bens; e fallecendo sem dispor d'ella, será, para o effecto da successão, considerada como propriedade adquirida, e a outra metade passará livre para aquella pessoa, que, por fallecimento do mesmo administrador, lhe deveria succeder no vinculo, se não tivesse sido abolido.

Art. 10.º A nomeação de todos os bens de prazo, se alguns se comprehenderem na vinculação, ou resultarem da conversão facultada no artigo 6.º d'esta lei, pertence aos actuaes ou ultimos administradores, sem prejuizo da metade dos bens que pertence ao successor, por virtude do artigo antecedente, e do encargo de tornas, a que os emphyteutas nomeados ficam sujeitos, na proporção dos valores que receberem.

Art. 11.º Não são comprehendidos na disposição dos dois artigos precedentes os bens de morgado ou capella, e quizesquer outros da dotação dos pares do reino, fallecidos sem successão no pariatto, os quaes se considerarão sempre na sua totalidade como propriedade adquirida, para serem por elles transmitidos, *inter vivos* com reservado usufructo, *mortis causa*, ou *ab intestato*, segundo as regras de direito commun, e a especial natureza dos prazos designados n'esta lei.

Art. 12.º (O 11.º do projecto da camara dos srs. deputados.)

Art. 13.º (O 12.º do projecto da camara dos srs. deputados.)

Art. 14.º Os encargos pios somente subsistirão nos bens do morgado ou capella abolido por esta lei, em tanta parte dos mesmos bens, quanto possa garantir pelo seu possuidor o cumprimento dos mesmos encargos, quando pertencam, por não cumpridos, a misericórdias, hospitais ou estabelecimentos de caridade geral.

§ 1.º Os encargos pios, que pertencerem por disposição do instituidor, ou da lei, a determinado estabelecimento com applicação immediata, poderão, em favor do mesmo estabelecimento, ser, ou subrogados por titulos de divida fundada do estado, que produzam um juro annual equivalente, ou remidos a dinheiro de metal, pagando-se quinze vezes a importância annual dos mesmos encargos.

§ 2.º Nos casos tanto do presente artigo como do § antecedente, havendo prazos nos bens desvinculados, ou tendo alguns d'esses bens, pela conversão autorizada por esta lei, assumida a natureza de prazo, para um só d'esses prazos, que os actuaes ou ultimos administradores designarem, passarão os ditos encargos, salva a subrogação ou remissão, no caso do § antecedente.

Art. 15.º São confirmadas e declaradas irrevo-

gaveis, para os effectos expressos n'esta lei, todas as subrogações de vinculos, sem embargo de qualquer omissão de solemnidades legais, e ainda que feitas similhantes subrogações com intervenção de immediato successor menor, com tanto que tenha havido autorisação do curador, e do respectivo conselho de familia.

Art. 16.º As disposições d'esta lei não prejudicam nem aproveitam aos processos pendentes, ou que forem instaurados, sobre posse, ou reivindicção de bens, como pertencentes a vinculo, nem sobre melhor direito de administrar, ou de succeder. As questões contenciosas suscitadas, ou que se suscitarem entre partes, serão decididas pela legislação em vigor, e para os effectos declarados na presente lei.

Art. 17.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camara dos dignos pares, em 18 de maio de 1860. — Visconde de Fontes Arcada.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 8 de junho de 1860. — Diogo Augusto de Castro Constancio.

Projecto de lei sobre a organização da armada, apresentado pelo digno par conde de Bomfim, em sessão de 12 do mez passado.

Senhores. — Portugal situado no extremo occidente da Europa, tendo uma extensa costa, banhada ao oeste e sul pelo grande Oceano Atlantico, é um paiz essencialmente maritimo, e por isso grande numero de seus habitantes são inclinados á navegação.

Já antes do tempo do immortal infante D. Henrique, auctor das descobertas e conquistas dos portuguezes, que encheram de admiração os outros povos, havia n'este reino grandes forcas navaes, que tomaram muito maior desenvolvimento depois d'aquelles extraordinarios acontecimentos.

A ultima expedição de El-Rei D. Sebastião á Africa, que tão desastrosa foi para este paiz, os sessenta annos de occupação pelos hespanhoes, perdendo-se a marinha, e as mais importantes e ricas colonias, e posteriormente as guerras d'este seculo, reduziram o reino a grande decadencia, achando-se hoje a marinha em lamentavel estado, contando apenas poucos vasos de guerra, e esses mesmos em mau estado, com excepção de alguns navios construidos recentemente.

Ainda em 1840, quando fui ministro da marinha e ultramar, tínhamos o dobro dos navios que hoje temos, como abaixo se mostra.

	EM 1840	EM 1860
Naus.....	2	1
Fragatas.....	6	1
Corvetas.....	8	2
Brigues.....	11	3
Escunas.....	8	2
Cuters.....	3	3
Cabiques.....	3	—
Charrus.....	4	1
Vapores.....	1	10
Somma....	46	23

E deve notar-se que quasi todos os navios estavam armados, e que tínhamos então maior força naval na Europa do que a Hespanha, a qual desde essa epocha tem augmentado consideravelmente a sua marinha de guerra.

A falta de vasos de guerra é hoje tal que se não pôde dar a devida protecção ao commercio portuguez na America e outras partes, sendo mesmo difficil cumprir o tratado com a Gran-Bretanha, para a repressão do trafico da escravatura. Estes mesmos motivos já se davam quando o governo foi autorisado pela carta de lei de 30 de junho de 1859, a realizar um emprestimo de 800:000\$000 réis, destinados á construcção de novas embarcações. Mas isto não foi bastante para substituir a falta que havia de navios, que são indispensaveis para o serviço.

É mister portanto votarem-se novos meios para se proceder quanto antes, á construcção de mais navios, de systema misto, especialmente de transportes e correios, pela necessidade que ha d'elles, como se está sentindo, e por ser absolutamente preciso para proteger o commercio e acudir á segurança das importantes possessões ultramarinas que ainda conservamos. Se houvesse esses transportes não se veria o governo continuamente obrigado a fretar navios da praça por grandes sommas, para conduzir tropas, degradados e colonos para o ultramar.

O pessoal da marinha precisa tambem augmento, e que se attenda ás suas necessidades, como é de razão e de justiça. Não ha marinha alguma na Europa, e creio que em parte alguma mais, que seja tão mal retribuida como a portugueza.

O quadro dos officiaes da armada não se acha fixado por lei, e o que existe foi só estabelecido para regular o orçamento. Esse mesmo quadro não basta para as necessidades do serviço, isto é para garantir os navios da armada, e preencher as diferentes commissões em terra, ultimamente mais augmentadas com as novas organizações do arsenal, do cordo de marinheiros, das intendencias de marinha e suas delegações para a matricula da marinagem, etc. É tão pequeno o numero de officiaes em alguns portos, que apenas chegados de longinquas e trabalhosas viagens, são muitas vezes obrigados a ir logo para outros navios e viagens, por não haver outros para o serviço.

A secção de engenheiros hydrographos, creada pela carta de lei de 20 de março de 1851, e os officiaes que exercem o magisterio nas escolas polytechnicas, ainda occupam alguns logares d'esses poucos que ha no quadro, entorpecendo-se assim o acesso d'aquelles que prestam serviço no mar. Entendo, por isso, que esses officiaes e quizesquer outros empregados em logares ou commissões permanentes, não dependentes do ministerio da marinha e ultramar, devem ser separados do quadro effectivo da armada, conservando-se-lhes contudo os seus direitos a acesso, e mais vantagens, como já se praticou em 1851 com outros officiaes que se acham servindo de lentes na escola do exercito e no lyceu de Lisboa.

Alguas das denominações dos postos dos officiaes da armada parecem-me improprias, e não estão mesmo em harmonia com as outras marinhas, e por isso esses postos são tidos em menos consideração. É por estes motivos que proponho a supressão do posto de chefe de divisão, que só se encontra entre nós e no Brazil, e que os chefes de esquadra passem a denominar-se contra-almirantes, que é o posto que lhes corresponde em quasi todas as marinhas estrangeiras, que lhes dão esse nome, sendo só Portugal, o Brazil, a Hespanha, e as Duas Sicílias, as que lhes dão outra denominação.

O numero de officiaes geraes da marinha portugueza é extremamente limitado, e não está em relação nem com as necessidades do serviço, nem em proporção com o numero de capitães de mar e guerra. Acresce a circumstancia, aliás digna de attenção, de que havendo dez capitães de mar e guerra no quadro, só ha seis generaes, em quanto no exercito havendo quarenta e dois coroneis no quadro dos corpos, ha o mesmo numero de officiaes generaes. Já se vê a notavel desigualdade e injusticia com que é tratada uma corporação tão benemerita, e que tantos e arriscados serviços presta ao seu paiz, mesmo em tempo de paz.

Pela actual organização, os seis generaes da armada são membros do supremo conselho de justiça militar, como é indispensavel que sejam, de sorte

que se alguns d'elles forem empregados em outras commissões, taes como a de chefe de estado maior da marinha, intendentes de marinha, etc.; os restantes não são sufficientes para preencherem os logares de juizes no dito conselho, tornando-se então preciso nomear capitães de mar e guerra para aquelle tribunal, o que tem inconvenientes, não ficando alem d'isso o numero necessario d'esta classe para outros serviços.

Pelos motivos que deixo apontados, algumas commissões importantes, taes como as de commandantes das estações navaes, estão sendo desempenhadas por officiaes de menor gradação, capitães de fragata, e ás vezes por capitães tenentes, o que é altamente inconveniente, mormente concorrendo com os estrangeiros, cujas forcas navaes nos mares de Africa são commandadas por contra-almirantes e capitães de nau, ou de mar e guerra.

Fundado n'estas considerações, entendo que as cousas não devem continuar assim, e que é indispensavel augmentar o numero dos generaes e dos mais officiaes da armada, em justa proporção, attendendo-se ás necessidades do serviço, e a que muitas das commissões que em Portugal são desempenhadas por officiaes da armada, o não fizessem parte dos quadros d'aquelles que são destinados para o serviço de embarque.

O posto de almirante, tão antigo em Portugal, que data quasi desde o começo da monarchia, não está abolido por lei alguma, e só por medida economica tem deixado de figurar no orçamento. Em Portugal havia ordinariamente dois ou tres officiaes generaes com este posto, e chegou a haver seis. O ultimo falleceu em 2 de julho de 1835, e desde então não se tornou a prover este posto.

Quasi todas as marinhas têm este antiquissimo posto, e não me parece justo que se extinga entre nós, embora não se preencha senão quando se dêem no promovido serviços relevantes e extraordinarios. Por este motivo proponho que se inclua no quadro o posto de almirante, e que se adopte para a marinha a mesma disposição que se acha estabelecida para o posto de marechal do exercito, que lhe corresponde. Assim nem se faz injusticia á marinha, supprimindo-se-lhe um posto tão antigo como a mesma marinha, nem haverá agora augmento algum de despeza.

Os vencimentos da marinha portugueza são extremamente diminutos, porque as tarifas que os regulam foram feitas em epochas em que os generos alimenticios custavam quasi todos 50 por cento menos do que actualmente. Os officiaes desembarcados vencem ainda por uma tarifa do seculo passado, a de 1790, que é mais desvantajosa, sendo a differença 20 por cento menos do que a de 1814. O pesado tributo das decimas agrava mais a situação dos officiaes, diminuindo-lhes os soldos a ponto de os reduzir quasi á miseria.

Se os officiaes conhecessem bem a seu pesar, a quanto ficam reduzidos os seus soldos e gratificações, ha contudo muita gente que por não lhe interessar tão directamente esta questão, ignora quaes são esses mesquinhos vencimentos da officialidade da armada. A seguinte tabella servirá para fazer conhecer bem o que deixo referido:

POSTOS	TARIFA DE 1790		TARIFA DE 1814	
	SOLDOS POR MEZ		SOLDOS POR MEZ	
	Nominal	Liquido	Nominal	Liquido
Vice-almirante...	100\$000	70\$000	120\$000	84\$000
Chefe de esquadra	50\$000	37\$500	75\$000	52\$500
Chefe de divisão...	45\$000	36\$000	60\$000	42\$000
Capitão de mar e guerra.....	45\$000	33\$750	54\$000	37\$5

tuação de representarem dignamente a nação a que pertencem. Não concluirei sem lembrar que a benemerita corporação dos officiaes da armada não deve gosar de menos favor que o corpo diplomatico, o qual, embora se lhe descontem decimas, tem contudo a vantagem de receber os seus vencimentos quasi por inteiro, por se lhe pagar em libras esterlinas, calculadas ao par, e não segundo os cambios.

Os officiaes de todos os corpos scientificos do exercito, isto é, os de engenharia, artilheria e estado maior, recebem os seus soldos pela tarifa de 1814, mesmo quando se acham desempregados. Os officiaes de marinha, que são também scientificos, e de uma profissão tão especial, devendo estar sempre promptos para embarcarem á primeira ordem para longe da patria, tendo de se prover de muitos generos para seu sustento, roupas, livros, etc., continuam a receber os seus soldos pela tarifa menos vantajosa, isto é, a do século passado, e de 1790, tendo portanto 20 por cento menos que os officiaes dos corpos scientificos do exercito. Para acabar pois uma tão revoltante injustiça, é que proponho que os officiaes da armada desempregados, ou desembarcados sem commissão, vençam pela tarifa de 1814, tornando-se assim a lei igual para todos.

A differença do aumento de despeza n'esta parte é mui pequena, attento o pequeno numero que ha actualmente de officiaes desembarcados, e não excederá a 239,000 réis por mez, isto é, 2,868,000 réis por anno. E por causa de tão insignificante quantia existe ainda essa flagrante desigualdade para com os officiaes da armada, que gastam muito para adquirir as suas habilitações scientificas, não se lhes tendo dado melhoramento algum de vencimento, quando aliás se deu ultimamente aos cirurgiões, aos officiaes de artilheria e aos do estado maior do exercito, e aos cirurgiões da armada e engenheiros navaes, cujas ultimas classes têm hoje, mesmo quando desempregados, maiores vencimentos que os officiaes da armada.

A carta de lei de 16 de março de 1836, que augmentou os soldos aos subalternos da armada, não se fez extensiva aos guardas marinhas, por se entender que não lhes podia ser applicada, por não serem considerados officiaes do quadro, tendo aliás as honras de alferes. Por este motivo acham-se os guardas marinhas reduzidos ao antigo soldo de réis 12,000 por mez, ou 108,000 réis, líquidos de decima, e quando embarcados se lhes abona o soldo da tarifa de 1814, isto é, 15,000 réis, ou 135,000 réis sem decima, o que vem a ser menos do que o correspondente soldo dos alferes do exercito! Parece-me pois de manifesta necessidade e justiça que se determine, que os guardas marinhas desembarcados vençam os seus soldos pela tarifa de 1814, e quando embarcados tenham os da de 1835, cumprindo-se assim a citada carta de lei. De outra forma, sendo tão mal retribuidos os guardas marinhas, a mocidade intelligente e estudiosa continuará a fugir de uma carreira tão trabalhosa, mal apreciada, e tão mal remunerada. E por certo esta é a razão porque actualmente ha dez postos vagos de segundo tenente, e vinte de guarda marinha.

A lei que regula as reformas é o alvará de 16 de dezembro de 1790, sendo os soldos os marcados no mesmo alvará. Os officiaes generaes gozam contudo do favor de serem reformados com o vencimento da tarifa de 1814, isto em virtude da carta de lei de 23 de junho de 1848. Esta desigualdade é conveniente que desapareça, determinando-se que todos os officiaes reformados da armada vençam pela tarifa de 1814, que, mesmo sem deducção de decimas, não é demasiado vencimento, attenta a carstia de quasi todos os generos alimenticios e de vestuario.

O numero de officiaes reformados de marinha, conforme o orçamento de 1860 a 1861, é de quarenta e oito, e os seus soldos importam em réis 21,404,000 por anno, comprehendendo-se n'esse numero sete officiaes generaes, que vencem pela tarifa de 1814, e cujos soldos importam em 5,552,000 réis, o que reduz a verba dos outros a 15,852,000 réis. Considerando que a differença de soldos d'estes officiaes entre as tarifas 1790 e 1814 não chegará a 1,000,000 réis por anno, animo-me por isso a propor que o beneficio da referida carta de lei de 23 de junho de 1848 se faça extensivo a todos os officiaes de marinha reformados, e que de ora em diante as reformas sejam concedidas com o vencimento da mencionada tarifa de 1814.

O numero de annos de serviço que se exige para os officiaes de marinha poderem ser reformados é demasiado longo, por quanto a vida do mar e a permanencia em climas insalubres contribuem poderosamente para arruinar os homens muito mais cedo, do que em terra. E devido a essas razões que em Hespanha e em França se concede a reforma aos officiaes de marinha quando têm vinte annos de serviço. Parece-me portanto que o regulamento das reformas deve ser alterado n'esta conformidade, e por isso proponho que as reformas, nos seus diversos periodos, sejam concedidas cinco annos mais cedo do que pela actual legislação, devendo seguir-se em tudo o mais, as disposições da lei de 1790, com a differença dos soldos serem os da tarifa de 1814.

O sistema de reformas que proponho não é novo entre nós. Aos magistrados já foi concedida esta mesma vantagem, pela carta de lei de 9 de julho de 1849. As aposentações dos lentes são reguladas pela mesma forma. O serviço dos officiaes de marinha não é menos trabalhoso, nem menos importante, e por isso não se pôde reputar demasiada recompensa para seus arriscados serviços o beneficio que proponho.

Outra disposição ha que cumpre também alterar, e é a que diz respeito á passagem dos officiaes e praças de pret da armada para veteranos, estabelecida pela carta de lei de 28 de agosto de 1848, exigindo-se-lhes vinte e cinco annos de serviço quando no exercito só se exigem vinte para ter o mesmo destino. Os officiaes de marinha têm contudo a vantagem de se poderem reformar depois de estarem em veteranos, o que se não concede aos do exercito. A criação na armada de uma classe de inactividade temporaria, do mesmo modo que ha no exercito, e que equivale á situação dos officiaes addidos a veteranos de marinha, parece-me que remediará estes inconvenientes, e por isso a proponho.

Em consequencia tornar-se-ha necessario alterar algumas disposições da dita carta de lei de 1848, substituindo-se o artigo 4.º, e o § 1.º do artigo 7.º, declarando-se que os officiaes e mais praças da armada têm direito a passar a veteranos quando tiverem vinte annos de serviço (contados na conformidade do determinado no artigo 8.º da mesma lei), quando se achem incapazes de serviço activo; o artigo 10.º para que os officiaes tenham os soldos da tarifa de 1814; o artigo 18.º, e o § 1.º do artigo 21.º, sobre o modo de voltarem á actividade ou de obterem as suas reformas.

Outro sistema de recompensas ha que também carece de alterações, e é o das condecorações da ordem militar de S. Bento de Aviz, a qual, segundo a lei de 1790, se concede aos primeiros tenentes que completam vinte annos de bom serviço. Essa lei contida na estabelecida a respeito dos graus de commendador e grã-cruz. Convirá pois declarar, como parece de justiça, que os capitães de mar e guerra e os generaes que contarem trinta annos de bom serviço terão direito á commenda, e os vice-almirantes que contarem quarenta annos de bom serviço terão direito á grã-cruz da mesma ordem, ficando estas condecorações isentas de direitos de mercê.

Relativamente a pensões nenhuma lei ha que regule a sua concessão. Para remediar esta falta e evitar que se esteja recorrendo ás cortes, sempre que se dá o caso de combates, naufragios, incendios, etc., dos navios da armada, e de se deverem recompensar os officiaes e praças de marinha que se impossibilitam n'essas occasiões, ou para socorrer as viúvas e familias d'aquelles que perecem nos combates, ou por effeito d'esses desastres, ou em consequencia de molestias endemicas, parece-me conveniente que, á imitação do que se pratica n'outros paizes, se adoptem regras geraes para regular este objecto, fixando-se pensões iguaes aos soldos, ou meios soldos, pela tarifa de 1814, conforme as patentes e as circunstancias, como já se tem concedido em casos identicos.

Tendo feito muitas viagens em navios de guerra, indo mesmo até Angola, e tendo tido, por vezes, a meu cargo a pasta do ministerio da marinha e ultramar, e havendo conhecido assim de perto as necessidades da marinha e colonias, a favor do que sempre tenho feito quanto está ao meu alcance, espero que se não estranhará animar-me a apresentar este projecto, relativo a uma profissão tão alheia d'aquella a que pertencço.

Lamento que a nobre classe dos officiaes de marinha apenas conte n'esta camara dois membros, e esses por herança; mas confio que a sua illustração, e a dos outros dignos pares, me coadjuvará na empreza de melhorar, quanto possível, a situação de uma classe tão benemerita e tão mal recompensada. Lisongio-me que, se d'este modo se não remediarrem todos os males que se sentem na marinha, pelo menos se melhorará muito a situação dos officiaes da armada. N'estes termos tenho a honra de apresentar o seguinte

PROJECTO DE LEI
dando novo quadro aos officiaes da armada, regulando os seus vencimentos, reformas, condecorações e pensões.

QUADRO
Artigo 1.º O quadro dos officiaes da armada será o seguinte:
Almirante 1
Vice-almirantes 2
Contra-almirantes 6
Capitães de mar e guerra 12
Capitães de fragata 18
Capitães tenentes 36
Primeiros tenentes 60
Segundos tenentes 120
Somma 255

Art. 2.º O posto de almirante não é de escala, e só será conferido aos vice-almirantes que por seus relevantes e extraordinarios serviços, praticados em defesa do throno ou da independencia nacional, se façam credores de tão alta distincção.

Art. 3.º Os officiaes pertencentes á secção de engenheiros hydrographos, creada pela carta de lei de 20 de março de 1851, não formarão parte do quadro dos officiaes da armada.

Art. 4.º Os officiaes da armada, lentes da escola polytechnica e da academia polytechnica do Porto, e quaesquer outros que forem empregados em commissões permanentes, não pertencentes ao ministerio da marinha e ultramar, deixarão de fazer parte do quadro dos officiaes effectivos da armada.

Art. 5.º Os officiaes pertencentes á secção de engenheiros hydrographos, e os outros officiaes da armada que estiverem em commissões permanentes não dependentes do ministerio da marinha e ultramar, conservarão os seus direitos a promoção e a todas as mais vantagens que lhes pertencerem, como se estivessem no quadro dos officiaes effectivos.

Art. 6.º Ficam prohibidas as graduações de postos aos officiaes da armada.

INACTIVIDADE TEMPORARIA
Art. 7.º Haverá na armada uma classe de officiaes em inactividade temporaria, a qual comprehendirá:

§ 1.º Os officiaes julgados pela junta de saude naval incapazes de serviço temporariamente.
§ 2.º Os que forem passados a esta classe por castigo.
§ 3.º Os collocados n'esta situação sem vencimento, pelo requererem.

Art. 8.º Os officiaes de que trata o § 1.º do artigo antecedente serão inspecionados pela junta de saude naval todos os semestres, ou antes se o requererem, e passados ao quadro effectivo, ficando supranumerarios, para entrarem nas primeiras vagas que occorrerem nas respectivas classes, se forem dados por promptos, e quando forem julgados incapazes de servir activamente terão o destino que a lei concede aos que se acham n'essas circunstancias.

Art. 9.º O official que passar á classe da inactividade temporaria, por embriaguez, relaxação de costumes, etc., o que se deverá verificar por meio de conselho de investigação, permanecerá n'esta situação por tempo determinado, que não excederá a um anno.

Art. 10.º O official que se achar na inactividade temporaria sem vencimento, pelo requerer, não ganhará tempo de serviço para accesso, nem para a reforma, em quanto estiver n'esta situação.

Art. 11.º Nenhum official poderá ser passado á classe de inactividade temporaria, nem sair d'ella, sem ser em virtude de decreto em que se declare o motivo, e publicado na ordem da armada.

VENCIMENTOS
Art. 12.º Os vencimentos dos officiaes da armada serão os designados na tabella junta.

Art. 13.º Os vice-almirantes e primeiros tenentes que completarem dez annos de serviço no mesmo posto, terão o augmento de 25 por cento nos seus soldos.

Art. 14.º Os officiaes da armada, os guardas marinhas, e os officiaes de saude da armada, desembarcados, vencerão os seus soldos pela tarifa de 1814.

REFORMAS
Art. 15.º Os officiaes da armada terão direito á reforma, sendo julgados incapazes de serviço activo pela junta de saude naval, e ficando addidos ao corpo de veteranos da marinha, recebendo os seus soldos pela tarifa de 1814, pela forma abaixo declarada.

Art. 16.º Os vice-almirantes que contarem menos de quarenta e cinco annos de serviço, e se acharem impossibilitados de servir activamente, poderão ser reformados no mesmo posto, com o soldo que tiverem na effectividade.

Art. 17.º Os vice-almirantes que contarem mais de quarenta e cinco annos de serviço, e se acharem impossibilitados de servir activamente, poderão ser reformados no mesmo posto, com o soldo de 130,000 réis por mez, se não tiverem ainda o augmento de 25 por cento, porque n'esse caso lhes será concedida a reforma com o soldo que tiverem.

Art. 18.º Os vice-almirantes que contarem cincoenta annos de serviço, tendo desempenhado importantes commissões, e praticado relevantes serviços, e se acharem impossibilitados de continuar a servir activamente, poderão ser reformados no posto de almirante, com o soldo de 150,000 réis por mez.

Art. 19.º As reformas dos outros officiaes da armada serão reguladas do modo seguinte:

§ 1.º Tendo mais de trinta annos de serviço effectivo, terão o posto immediato, e o soldo d'esse posto.

§ 2.º Tendo de vinte e cinco a trinta annos de serviço effectivo, terão o posto immediato, e o soldo da sua ultima patente.

§ 3.º Tendo de vinte e cinco annos de serviço effectivo, gosarão da reforma no mesmo posto, com o soldo da sua patente.

§ 4.º Tendo de quinze a vinte annos de serviço effectivo, serão reformados no mesmo posto, com meio soldo.

§ 5.º Não contando quinze annos de serviço, terão a terça parte do soldo, quando prôvem incontestavelmente que por algum desastre, ou grave molestia, adquirida no serviço, se impossibilitaram de continuar a servir.

Art. 20.º Os officiaes de fazenda e os officiaes de saude que forem reformados, desde a data da presente lei, terão os soldos que marca a tarifa de 1814.

Art. 21.º O tempo de guerra contar-se-ha dobrado para reformas e condecorações.

CONDECORAÇÕES
Art. 22.º A ordem militar de S. Bento de Aviz será concedida livre de direitos de mercê, com remuneração de serviços, aos officiaes da armada nas seguintes circunstancias:

§ 1.º Os primeiros tenentes e cirurgiões de 1.ª classe, e os officiaes superiores, que contarem vinte annos de serviço effectivo, sem nota, terão o grau de cavalleiro.

§ 2.º Os capitães de mar e guerra, e os officiaes generaes, que contarem trinta annos de bom e effectivo serviço, terão o grau de commendador.

§ 3.º Os vice-almirantes que contarem quarenta annos de serviço effectivo, terão a grã-cruz.

PENSÕES
Art. 23.º Os soldos da tarifa de 1814 dos officiaes da armada, que morrerem em defeza da pa-

tria, ou em consequencia de naufragio ou incendio das embarcações em que servirem, serão applicados para as suas familias, nos termos da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 24.º As familias dos officiaes da armada que fallecerem de molestias endemicas das colonias serão concedido, pela mesma forma, metade do soldo da tarifa de 1814 d'esses officiaes.

Art. 25.º O disposto nos dois artigos antecedentes será igualmente applicavel ás familias dos guardas marinhas, officiaes de fazenda e officiaes de saude da armada.

DOS OFFICIAES MARINHEIROS E PRAÇAS DE MARINAGEM
Art. 26.º Os officiaes marinheiros e as praças de marinagem que tiverem vinte annos de serviço effectivo, contados desde a idade de quinze annos, terão direito a passarem a veteranos, se forem julgados incapazes de serviço activo pela junta de saude naval.

Art. 27.º Os officiaes marinheiros e as praças de marinagem que passarem a veteranos, em consequencia de ferimentos recebidos em combate, terão as mesmas soldadas que tivessem em serviço activo.

Art. 28.º O disposto nos artigos 23.º e 24.º será applicado ás familias dos officiaes marinheiros e das praças de marinagem, abonando-se-lhes as respectivas soldadas, ou metade d'ellas, segundo as mesmas regras.

Art. 29.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camara dos dignos pares, 30 de maio de 1860.—*Conde do Bomfim.*

Tabella dos vencimentos dos officiaes da armada

POSTOS	POR MEZ		COMEDORIAS DIARIAS A OFFICIAES EMBARCADOS EM NAVIOS EM COMPLETO ARMAMENTO		Comandando mais de tres navios
	Soldo	Gratificação	De guarnição	Comandando	
Almirante	200,000	—	—	7,500	9,500
Vice-almirante	120,000	—	—	4,500	7,500
Contra-almirante	80,000	—	—	4,000	4,800
Capitão de mar e guerra	54,000	40,500	—	3,500	4,500
Capitão de fragata	45,000	30,000	2,500	2,000	2,500
Capitão tenente	45,000	25,000	2,500	1,500	—
Primeiro tenente	45,000	20,000	2,500	1,200	—
Segundo tenente	22,500	15,000	2,500	1,000	—
Guarda marinha	20,000	—	2,500	1,000	—

Designação dos vencimentos alem do soldo

	Em navios em completo armamento ou fora do Tejo		Em navios em meio armamento, ou no Tejo, ou no corpo de marinheiros no quartel		Empregados em commissões do ministerio da marinha e ultramar
	Gratificação	Comedorias	Gratificação	Comedorias	
Commandando	Gratificação	Comedorias	Gratificação	Comedorias	
Immediatos dos command.	Gratificação	Comedorias	Gratificação	Comedorias	
De guarnição	Gratificação	Comedorias	Gratificação	Comedorias	
Em serviço em terra	Gratificação	Comedorias	Gratificação	Comedorias	

Observações
As comedorias dos officiaes de fazenda e officiaes de saude serão abonadas a razão de 500 réis por dia.

As comedorias dos officiaes da armada, guardas marinhas, officiaes de fazenda e officiaes de saude, empregados nos cruzeiros das costas de Africa occidental e oriental, e na America, Asia e Oceania, terão o augmento de 50 por cento, nos termos da carta de lei de 16 de agosto de 1858.

Os officiaes da armada que estiverem percebendo maiores gratificações que as designadas n'esta tabella continuarão a perceber as que actualmente têm.

As vogaes da secção de marinha do supremo conselho de justiça militar se abonará mais, como equivalente de razões de forragem, para terem iguaes vencimentos aos dos vogaes da secção do exercito, a quantia de 18,000 réis por mez a cada vice-almirante, a de 12,000 réis por mez a cada contra-almirante, e a de 6,000 réis por mez a cada capitão de mar e guerra, sem deducção de decimas.

As gratificações de marinha do dito supremo conselho serão também abonada a quantia de 6,000 réis mensaes, sem deducção de decima, como equivalente da razão de forragem, para ter igual vencimento ao do promotor da secção do exercito.

A gratificação do director da primeira direcção do ministerio da marinha e ultramar é elevada a 600,000 réis por anno, e a do sub-director da mesma direcção a 380,000 réis por anno.

O chefe da repartição de saude no ministerio da marinha e ultramar terá, alem da gratificação que lhe foi arbitrada no decreto de 6 de setembro de 1859, mais 80,000 réis annuaes.

Os officiaes da armada que servem ás ordens do ministro da marinha e ultramar, e na repartição do chefe do estado maior da marinha, terão as gratificações que estabelece a tabella acima, com o augmento de 80,000 réis por anno.

Sala da camara dos dignos pares, em 30 de maio de 1860.—*Conde do Bomfim.*

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS
SESSÃO DE 8 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

Á meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 64 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.
Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Garcia Perez, de que tem faltado á camara desde 26 do passado, por motivo de molestia.—Inteirada.

2.º Do sr. Lacerda (Antonio), de que o sr. Teixeira de Sampaio não comparece á sessão de hoje por motivo justificado.—Inteirada.

EXPEDIENTE

1.º Uma representação dos povos das villas de Salvaterra de Magos e Muge, pedindo a restituição da divisão territorial, na parte que lhes toca, ao estado anterior.—A commissão de estatística.

2.º Da camara municipal de Oliveira do Hospital, pedindo a construção de um ramal de estrada, que da Cancellaria, no concelho de Santa Combação, vá entroncar com a estrada no concelho de Tabua.—Ao governo.

3.º Da camara municipal de Lamego, pedindo autorisação para poder lançar impostos em alguns generos, para serem applicados a obras municipaes.—A commissão de administração publica.

4.º Da camara municipal de Mangualde, pedindo a construção de uma estrada entre a Serra da Estrella e Lamego.—Ao governo.

5.º Dos habitantes da cidade e concelho de Thomar, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A commissão de fazenda.

6.º De alguns habitantes das freguezias de Belem, Ajuda e Alcantara, no mesmo sentido que a antecedente.—A mesma commissão.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que seja remetida á camara a consulta da commissão, que fôra nomeada pelo minis-

terio do reino para dar o seu parecer acerca das irmas da caridade.—*Alves Martins.*

2.º Requeiro que, pelo ministerio do reino, se remetta a esta camara a copia do decreto pelo qual se concedeu a carta de conselho a Abel Maria Jordão de Paiva Manso.—*Antonio Joaquim Ferreira Pontes.*

3.º Requeiro que, com a maior urgencia, se requirite ao governo, pelo ministerio dos negocios das obras publicas, commercio e artes:

I A representação da empreza do caminho de ferro de leste, ou o officio de quem a represente;

II O officio ou informação do fiscal da exploração, por parte do governo, sobre a suspensão das estações de Alverca, Villa Nova da Rainha e Reguengo.—*Rebello Cabral.*

4.º Desejo interpellar o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar sobre a viagem scientifica do dr. Livingston na provincia de Moçambique, pelo rio Zambeze, na direcção dos nossos estabelecimentos de Sena, Tette, e limites circumvisinhos, no interior de Africa.—*Pinto de Magalhães.*

5.º Requeiro que, para ter logar a interpellação referida, o governo remetta, previamente a esta camara, copia da correspondencia com o governo inglez sobre este assumpto (a have-la), e copia das instrucções que se mandaram ao governador de Moçambique sobre o mesmo objecto.—*Pinto de Magalhães.*

São remetidos ao governo.

O sr. Gouveia Osorio.—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Penafiel do Castello, que versa sobre um objecto de tanta importancia que não pôde deixar de fazer algumas reflexões a este respeito.

A camara pede a construção de uma estrada que é de grande utilidade não só para os povos que representa mas para toda a provincia, uma estrada que partindo de um ponto qualquer da serra da Estrella seguindo por Mangualde, Castendo e Sattam, vá entroncar na grande estrada, já pelo governo approvada, de Trancoso a Lamego.

Obra é esta de tanta importancia, que o não se ter emprendido só se pôde attribuir á pouca attenção que aos nossos governos tem merecido uma provincia tão rica como a Beira.

Ninguém ignora que as fabricas de tecidos de Gouveia, e outras terras das faldas da serra da Estrella eram das mais importantes do nosso paiz, e forneciam productos para consumo de todas as classes, e quasi exclusivamente das classes pobres, mas que o prego d'estes subia na razão do custo do transporte, que era grande, até ao Douro por falta de vias de communicação.

Nos ricos valles do Dão, e nas margens do Sattam havia uma produção abundante de cereaes, que também por falta de estradas não tinham extração, e quasi sempre acontecia que os lavradores d'aquellas localidades, tinham os seus generos por vender, em quanto que escaceavam nos importantes mercados do Douro.

As camaras concededoras da necessidade de promoverem pela construção de vias de communicação o desenvolvimento da prosperidade d'aquella parte da provincia, não só representavam n'aquelle sentido, mas o que é mais para louvar, offereciam os recursos de que podiam dispor para obra tão importante.

A camara de Mangualde tomara briosamente a iniciativa n'este objecto, fazendo a offerta de um donativo importante, que a camara de Penafiel a imitava em tão patriótico empenho, e que provavelmente as outras as imitariam.

Pela sua parte louvando os exforços dos seus patriotas, e associando-se a elles, devia acrescentar que assim camaras com tão minguados recursos ainda assim empregam parte d'elles para obras de tanta utilidade, era dever dos poderes publicos coadjuvarem a sua empreza, e dar impulso ás obras para que ellas se offereciam a concorrer.

E tanto mais para louvar o procedimento das camaras, quanto que no nosso paiz pouco ou nada se fazia por iniciativa particular, ou dos corpos municipaes, e que era preciso animar estas corporações para continuarem n'este caminho.

Chama a attenção da camara para a representa-

ção que apresenta, e chamará a do sr. ministro das obras publicas para o objecto d'ella, logo que o veja na sua cadeira.

Não cessará de pugnar para que se faça uma estrada de Gouveia a Moimenta, tendo como pontos obrigados Mangualde, Castendo e Sattam, porque a julga da maior importancia para a provincia da Beira.

Que visto ter a palavra aproveitada a occasião para chamar a attenção da commissão de guerra, sobre as representações que os musicos militares tinham feito ao parlamento, pedindo melhoramentos para a sua classe. Julga justissima a pretensão d'aquelles artistas, e pede á illustre commissão que ainda n'esta sessão dê o seu parecer áquelles respeito, e que os attenda nas suas pretensões.

O sr. Correia Caldeira.—o encarregado da visita da policia do porto de Lisboa e os seus empregados, encarregaram-no de apresentar á camara uma representação que tem relação com a proposta apresentada pelo sr. ministro do reino, a respeito da supressão dos passaportes. Estes empregados, não se vendo contemplados na proposta, em quanto se trata de uma especie de indemnisação ou compensação prometida pela proposta de lei aos empregados que até agora se incumbiam da promptificação de passaportes, pedem á camara, pela natureza do seu serviço, e pela importancia d'aquella repartição, sejam contemplados n'aquella compensação, se a proposta chegar a ser convertida em lei.

Aproveita a occasião para dizer que teve a honra de apresentar um requerimento do conselheiro Marçal Henriques de Azevedo Aboim, que pedia uma providencia a esta camara. Este requerimento, na forma do regimento, foi enviado á commissão de petições, e consta-lhe que a commissão pedira informações ao ministerio da justiça a este respeito.

Deseja, pois, saber se as informações já vieram, e no caso de não terem vindo, pedia á commissão que instasse por ellas, para que aquelle cidadão não julgue que a sua petição foi desatendida.

O sr. Rocha Peixoto.—o requerimento, a que allude o illustre deputado e seu amigo o sr. Correia Caldeira, foi, é verdade, remetido á commissão de petições, que o apreciou, mas entendeu que para haver uma decisão justa, era preciso pedir informações ao ministerio da justiça; espera por ellas, e logo que chegarem, será satisfeito o desejo do illustre deputado; no entretanto não se oppõe e compromette-se mesmo a fazer nova requisição para virem esses esclarecimentos.

O sr. Silva e Cunha.—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Mondim de Basto, em que pede a criação de uma camara.

O sr. Zeferino Rodrigues.—envia para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Azambuja, e dos proprietarios e mais habitantes da povoação de Villa Nova da Rainha, contra a supressão da estação do caminho de ferro, e em que apresentam varias considerações pelas

no, e combinado com os seus auctores. A commissão, pois, não formulou um parecer sobre cada uma d'ellas, porque se reservou para a discussão mostrar as razões que teve para aceitar umas e rejeitar outras.

O sr. *Conto Monteiro*—foi quasi inteiramente prevenido pelo illustre relator da commissão, e por isso não repetirá o que já está dito. Devo porém declarar que quando estas emendas foram discutidas na commissão, ao que assistiram os auctores d'ellas, apresentou a idéa de que convinha lavar um parecer em que se expendessem os motivos da adopção de umas e da rejeição de outras (*apoiados*).

Prevaleceu porém uma opinião opposta á sua, mas não vê que do caminho que seguiram os seus illustres collegas se siga inconveniente algum. A epigrapha do parecer que se distribuiu, a designação de que pertence ao n.º 49, e finalmente o seu conteúdo tiram todas as duvidas apresentadas pelo seu illustre amigo que primeiro fallou. Pela sua parte declara que faz seu tudo o que se acha escripto neste parecer, e crê que os seus collegas não hesitarão em fazer uma declaração igual (*apoiados*).

O sr. *Mello Soares*—o projecto do código predial está em poder dos srs. deputados ha mais de tres mezes, e antes de se entrar na sua discussão estava dado para ordem do dia havia mais de quatro ou cinco dias; portanto, a censura que o sr. deputado Rocha Peixoto fez de que se queria levar de assalto a discussão d'este projecto, é immerecida. Também é immerecida e injusta a censura que o illustre deputado fez á commissão por ter apresentado um parecer sem assignaturas, e por não ter declarado no mesmo parecer a razão por que admittia umas emendas, não dando ao mesmo tempo os fundamentos por que não admittia outras de que nem ao menos fez menção. A commissão, depois de ouvir os auctores das emendas, substituições ou additamentos offerecidos a este projecto, tratou de lavar o seu parecer, entendendo dever mencionar só aquellas que considerou aceitáveis; e como no parecer se diz «pertence ao n.º 49» entenderam que não carecia esse parecer de vir assignado, e quando se tratasse da sua discussão os membros da commissão tratariam de o defender, se por ventura fosse impugnado. Mas o illustre deputado foi mais longe, quiz mesmo saber a razão por que a commissão não admittia a emenda relativa aos conservadores...

O sr. *Presidente*—pede ao illustre deputado que se limite a responder ás perguntas do sr. Rocha Peixoto, e que não trate agora da materia.

O *Orador*—é o que está fazendo, porque o sr. deputado interogou também a commissão porque não admittia a emenda relativa aos conservadores. A commissão entende que a este respeito deve-se conservar o que se acha disposto no projecto, por quanto não é possível nem conveniente ir sobrearregar os administradores dos concelhos com mais estes serviços, quando elles devem estar desembarçados para qualquer serviço extraordinario que lhes for ordenado alem do que lhes compete.

Que a respeito d'este projecto já se tem feito politica, não ha duvida; por quanto um sr. deputado já disse, que o fim do governo, apresentando este projecto, era unicamente para crear logares, despaçando para elles os seus afilhados.

O sr. *Ferreira* (para um requerimento)—não julga a commissão com direito de admittir umas emendas e outras não; a commissão deve apresentar os motivos por que adopta umas e rejeita outras. Neste sentido manda para a mesa um requerimento para que a commissão seja convidada a dar parecer sobre todas as emendas que lhe forem mandadas.

O sr. *Moraes Carvalho* (para um requerimento)—entende que a commissão deve assignar o parecer que já mandou para a mesa, e fazer menção de todas as emendas que se mandaram para a mesa, apresentando os motivos porque approva umas e rejeita outras. Manda pois para a mesa um requerimento neste sentido.

O sr. *Gonçalves de Freitas*—parece-lhe que concilia a opinião de todos adoptando-se um requerimento que manda para a mesa, a fim de serem convidadas todas os senhores que tem a apresentar emendas ao projecto n.º 49 a mandarem para irem á commissão, a fim de as considerar todas.

O sr. *Telles de Vasconcellos*—tendo sido um dos deputados que mandou para a mesa emendas ao projecto, sendo depois convidado, como os seus collegas que estavam nas mesmas circumstancias, para ir á commissão, estava no caso de poder dar explicações a respeito do que se passou na commissão, acreditando que ellas satisfariam a camara; e por isso daria essas explicações, se isso lhe era permitido.

O sr. *Presidente*—acha inopportuna esta discussão, porque as reflexões que se têm feito só têm logar quando se tratar do projecto respectivo, que não está agora em discussão; e por isso consulta a camara sobre se quer que os requerimentos que acabam de apresentar-se fiquem reservados para quando se tratar do projecto n.º 49.

Resolve-se affirmativamente.

ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE DO PROJECTO DE LEI N.º 45

O sr. *Presidente*—continua a discussão sobre os artigos 3.º, 4.º e 5.º, e dá a palavra aos senhores que a têm sobre a ordem.

O sr. *Coelho do Amaral*—propõe a eliminação do artigo 18.º da tabella A, que diz: «empregados publicos de corporações ou estabelecimentos não subsidiados pelo estado, 10 por cento sobre seus vencimentos.»

Entende que estes empregados têm no orçamento geral do estado já a deducção de 10 por cento sobre seus vencimentos, e admittida a disposição da tabella vem a pagar 20 por cento; se soubesse que no orçamento eram allivados estes empregados do pagamento da decima que actualmente pagam, não tinha duvida em votar por esta, mas na incertesa, para que não fiquem pagando 20 por cento, propõe a eliminação d'este artigo.

Manda mais para a mesa algumas emendas e additamentos a diversos artigos das tabellas A e B, e como têm de ir á commissão para ella as considerar, abstem-se de expor á camara as razões em que se fundou em geral para as apresentar, limitando-se a dizer breves palavras a respeito de algumas. Por exemplo, na 3.ª classe da tabella diz-se: «mercador de gado suino». Estes mercadores de gado suino nas terras de 5.ª e 6.ª ordem são uns desgraçados que tratam por aquelle modo de ver se ganham a triste e escassa subsistencia, e não o conseguem; são homens que não podem empregar neste negocio mais de duas, tres, o muito quatro moedas. Por consequencia para o Alentejo pôde ter logar a tabella de 1.ª ordem, mas para as provincias do norte não pôde ser.

O cirurgião-medico, ou o medico-cirurgião, não sendo cirurgião de partido de camaras municipales, hospitais ou misericordias, não tem duvida em votar pela taxa estabelecida na tabella, mas pertencendo a algum d'estes estabelecimentos, entende que não pôde ser, porque já pagam 10 por cento do vencimento que recebem do partido que estão servindo.

Mercador por miúdo de tecidos de lã—a respeito d'estes dize o mesmo que os mercadores de gado suino nas terras de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem: ali um mercador de tecidos de lã, é um homem que encaixa n'um pau, que traz ás costas, um rolo de sarapilheira, e que anda de feira em feira vendo se

pode apurar 40 réis para a sua subsistencia e da sua familia.

Outra classe, mercador por miúdo de carvão—estes mercadores são uns pobres desgraçados que transportam as suas mercadorias ás costas n'um sacco, e os mais abastados em um burro que não vale seis ou oito tostões.

Mercador por miúdo de sal—está no mesmo caso. Esta mercadoria é transportada em metade de um sacco, e da outra metade faz o mercador uma carapuça que mette na cabeça. O mais abastado tem também um burro como o mercador de carvão.

Todos estes mercadores, quando encontram algum freguez mais abastado que lhes compra a sua mercadoria, acabam o negocio por lhe pedir por esmola um bocado de pão ou uma tijela de caldo.

Parece que mercadores n'este estado não estão no caso de poderem ser collectados (*apoiados*), porque não são mercadores, são mendigos, e a mendicância não pôde ser tributada (*apoiados*). E n'este caso estão muitas outras classes, como são a dos fabricantes de peneiras, a de louça de barro ordinario, e outras, d'onde os individuos que se empregam n'ellas, não chegam a tirar os meios de subsistencia (*apoiados*).

Está certo de que a mente da commissão, quando elaborou as tabellas do projecto, não teve em vista tributar estas classes; entre tanto se a lei não for clara, ha de dar logar a vexames entre estes desgraçados e o fisco, e por isso entende que toda a clareza na lei é pouca para evitar depois esses vexames.

Na parte 2.ª da tabella B, onde diz «especuladores, que não sendo classificados negociantes», entende que é necessario definir com exactidão o que isto é. No seu paiz, o homem que armazena para vender vinte ou trinta pipas de vinho, considera-se que armazena em grande, em quanto no Douro, o homem que armazena vinte ou trinta pipas, não se entende que armazena em grande. Com o trigo ou milho dá-se a mesma cousa entre o seu paiz e o Alentejo, e entende por isso que é necessario declarar na lei o que se entende armazenar em grande, porque do contrario os exatores da lei hão de ver-se em embarços, e o resultado d'estes embarços são os vexames.

Como o sr. relator da commissão declarou que os auctores das propostas seriam chamados á commissão para combinarem com ella, limita-se agora a mandar para a mesa as seguintes propostas:

«Propoño a diminuição do artigo 18.º da tabella A, que diz assim:

«Empregados publicos de corporações ou estabelecimentos não subsidiados pelo estado, 10 por cento sobre seus vencimentos.» F. C. do Amaral—Souza Pinto Basto.»

É admittida para ser enviada á commissão. Emendas aos diversos artigos, eliminação de outros, das tabellas A e B

Azeite de oliveira (fabricante de)

Não comprehende o fabrico da azeitona propria do lavrador dono da fabrica.

Carros (alugador de carros de bois)

Não são comprehendidos os que se empregam exclusivamente no serviço da agricultura.

Moinhos, azenhas, ou atafonas onde se moe o grão

5 por cento da respectiva renda.

Serrar madeiras ou pedras (fabrica de)

Com machinismo a vapor ou agua por agentes braças, etc., 10 por cento dos lucros líquidos.

Telha ou tijolo (fabrica de)

Cada forno até seis operarios 3\$000

E cada operario a mais \$200

TABELLA B

2.ª CLASSE

Gado vacum (mercador de)

Metade das taxas da tabella. Não é comprehendido o emprego de açougue das terras de

4.ª, 5.ª e 6.ª ordem, que compra para os seus açougues.

3.ª CLASSE

Gado suino (mercador de)

Nas terras de 3.ª ordem 12\$000

Nas de 4.ª 4\$000

Nas de 5.ª e 6.ª 1\$000

5.ª CLASSE

Açougue (empregario de)

Nas terras de 4.ª ordem 5\$000

Nas de 5.ª e 6.ª 2\$000

Cirurgião ou medico-cirurgião, medicos ou cirurgiões-medicos

Não o sendo de partido de camara municipal, hospital ou misericordia, as taxas da tabella.

Tendo algum dos mencionados partidos metade das taxas.

Gado ovelhum ou caprum (mercador de)

Nas terras de 3.ª ordem 8\$000

Nas de 4.ª 4\$000

Nas de 5.ª e 6.ª 2\$000

Lã (mercador por miúdo de tecidos de)

Nas terras de 3.ª ordem 6\$000

Nas de 4.ª 3\$000

Nas de 5.ª 1\$500

Nas de 6.ª \$800

6.ª CLASSE

Azeite de oliveira, ou de qualquer outra qualidade (mercador exclusivo por miúdo de)

Nas terras de 4.ª ordem 1\$000

Nas de 5.ª \$500

Nas de 6.ª \$200

Não é comprehendido o lavrador que em sua casa vende o azeite de produção propria.

Linho (mercador por miúdo de tecidos de)

Nas terras de 4.ª ordem 1\$200

Nas de 5.ª \$600

Nas de 6.ª \$300

Padeiro

Nas terras de 3.ª ordem 3\$000

Nas de 4.ª 1\$500

Nas de 5.ª \$800

Nas de 6.ª \$400

Taberneiro ou mercador, por miúdo, de vinho, aguardente ou vinagre

Nas terras de 3.ª ordem 3\$000

Nas de 4.ª 2\$000

Nas de 5.ª e 6.ª 1\$000

Alfaiates de medida com estabelecimento

Nas terras de 3.ª ordem 3\$000

Nas de 4.ª 2\$000

Nas de 5.ª e 6.ª 1\$000

7.ª CLASSE

Batatas (mercador por miúdo de)

Nas terras de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem, eliminado.

Barbeiro (com estabelecimento ou sem elle, sendo sangrador)

Nas terras de 5.ª e 6.ª ordem 1\$000

Cabelleireiro ou barbeiro, com loja ou sala

Nas terras de 4.ª ordem 1\$500

Nas de 5.ª \$800

Nas de 6.ª \$400

Carvão (mercador por miúdo de)

Nas terras de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem eliminado.

Ferrador com estabelecimento

Nas terras de 4.ª ordem 1\$500

Nas de 5.ª 1\$000

Nas de 6.ª \$500

Funileiro

Nas terras de 4.ª ordem 1\$000

Nas de 5.ª e 6.ª \$500

Forneiro (empregario de fornos para cozer pão)

Nas terras de 4.ª ordem 1\$000

Nas de 5.ª e 6.ª eliminado.

Linho em rama, asseado ou fiado (mercador por miúdo)

Nas terras de 4.ª ordem \$600

Nas de 5.ª e 6.ª \$300

Ordres (mercador ou fabricante)

Nas terras de 4.ª ordem 1\$000

Nas de 5.ª e 6.ª \$500

Peixe fresco ou salgado, não sendo bacalhau (o que tem loja ou logar para venda de)

Nas terras de 4.ª ordem 1\$000

Nas de 5.ª e 6.ª eliminado.

Peneiras (fabricante ou mercador de)

Nas terras de 4.ª ordem \$500

Nas de 5.ª e 6.ª eliminado.

Queijos (mercador por miúdo de)

Nas terras de 4.ª ordem 1\$000

Nas de 5.ª e 6.ª \$500

Não é comprehendido o lavrador que na casa da sua habitação vende queijos dos seus gados.

Sal (mercador por miúdo de)

Nas terras de 4.ª ordem \$500

Nas de 5.ª e 6.ª eliminado.

Sapateiro (fabricante com officios ou mercador por miúdo de calçado)

Nas terras de 4.ª ordem 1\$000

Nas de 5.ª e 6.ª \$500

8.ª CLASSE

Louça de barro ordinaria (fabricante de)

Nas terras de 4.ª ordem \$200

Nas de 5.ª e 6.ª eliminado.

Officinas de quaisquer officios ou artes designados n'esta tabella

Nas terras de 4.ª ordem \$400

Nas de 5.ª \$300

Nas de 6.ª \$200

Tamancos (o que os faz ou vende por miúdo)

Nas terras de 4.ª ordem 5\$000

Nas de 5.ª \$300

Nas de 6.ª \$200

Na parte 2.ª da tabella B

Especuladores, que não sendo classificados negociantes, etc.

É indispensavel definir com exactidão, de modo que não deixe margem ao arbitrio dos exatores da lei, a quantidade de generos armazenados que constituem a especulação em grande.—F. C. do Amaral—Ferreira de Miranda.

São admittidas para irem á commissão.

O sr. *Julio do Carvalho*—o projecto em discussão trata da contribuição industrial e não da predial, e por consequencia deve procurar fazer-se pue a contribuição vá recair sobre a industria e não sobre a propriedade, e se o projecto passar como está, a contribuição vá recair sobre a propriedade. N'este sentido promette mandar para a mesa uma proposta.

Manda também um additamento ao n.º 6.º da tabella A, para que depois das palavras—de cada prensa—se addicione—que não seja destinada a espremer sómente a azeitona da lava de seu dono.

Não sabe se a commissão quiz excluir do tributo as cavalgadas menores, ou se as incluiu. Se as excluiu é um erro economico, se as incluiu é uma injustiça. É um erro, porque se as cavalgadas menores ficarem isentas de contribuição, dentro de dois ou tres annos o tributo deixa de produzir, porque os almocreves usará de bestas menores. É uma injustiça que pague o mesmo que as cavalgadas maiores, porque não levam iguaes cargas. A este respeito pois offerece um additamento.

Nos artigos 13.º e 14.º são tributadas as prensas de cera e as colmeias. Não sabe se as colmeias são em toda a parte uma industria; em muitas partes são consideradas como propriedade rustica, e ha predios onde ellas estão assentes que estão descriptas nos inventarios e matrizes predias, e por consequencia são tributadas na contribuição predial. Os lagares que servem para fazer o mel, se as colmeias são consideradas como propriedade rustica e são tributadas na contribuição predial, esses lagares não servem senão para o creador aproveitar o lucro que depois ha de ser tributado na contribuição predial. Ha outra industria, que é a dos individuos que compram colmeias em grande escala para matar as abelhas e aproveitar a cera e o mel; é uma industria rendosa, e entende que deve ser tributada com uma taxa maior que aquella que propõe a commissão.

Ha também a industria dos vendilhões de mel, industria que não está collectada no projecto, e entende que o deve ser.

A respeito do negocio de gado suino em Lisboa e no Alentejo é objecto de lucro, mas nas outras provincias conhece mercadores de gado suino que vão pedir duas e tres moedas para negociar. Os mercadores de gado caprum estão nas mesmas circumstancias; na maior parte são gente pobre.

Em quanto ao negocio de carne ensacada, em Lisboa e nas cidades de primeira ordem será cousa de alguma importancia; mas nas provincias os individuos que negociam n'este genero pôde-se dizer que são mendigos: ha individuo que negocia todo o anno e não chega a realizar 20\$000 réis no fim do anno.

Conclue mandando para a mesa as seguintes propostas:

Emenda á tabella A

Propoño:

1.º Que sejam eliminados os n.ºs 13.º e 14.º d'esta tabella por injustos e improductivos.

2.º Que em logar d'elles sejam collocados os seguintes:

Comprador de colmeias para lhes utilizar o mel e a cera sómente, destruindo as abelhas, por anno 2\$000

Vendilhão de mel, em vasilhas conduzidas por elle, por anno 100

Vendendo-o em local fixo 300

Conduzindo-o em cavalgadas, por cada 500

uma 500

Julio do Carvalho Sousa Telles—D. José Manuel de Alarcão—Gaspar Teixeira de Sousa—Lourenço Manuel Correia de Aboim.

Emendas á tabella B

Propoño:

1.º Que o n.º 7.º da 2.ª classe (mercador de gado vacum) seja passado para a classe 3.ª

2.º Que ao n.º 11.º da classe 3.ª (mercador de gado suino) se acrescente em Lisboa e no Alentejo.

3.º Que em o n.º 3.º se diga—almocrevo ou reoveiro—de cada cavalgada maior 1\$000

De cada dita menor 500

Julio do Carvalho Sousa Telles—Manuel Carlos de Azevedo Pinto—Gaspar Teixeira de Sousa—L. de Aboim.

São todas estas propostas admittidas para irem á commissão.

O sr. *Azevedo Pinto*—manda para a mesa as seguintes propostas:

TABELLA A

Onde se diz—aguardente (fabricas de) se acrescente—empregando generos que não sejam da produção do seu proprietario—como se lê na proposta do governo.

Onde se diz—azeite de oliveira (fabricante de) cada vara ou prensa ordinaria, se acrescente—andando arrendada, 5 por cento sobre a renda pagos pelo arrendatario.

Onde se diz—movida a vapor ou agua, se diga só—movida a vapor.

Onde se diz—empregados publicos—se acrescente—excedendo os seus vencimentos a quantia de 200\$000 réis.

Onde se diz—moinhos—se acrescente—andando arrendados, 5 por cento sobre a renda, pagos pelo arrendatario.

TABELLA B

Os cirurgiões pagarão na 6.ª classe.

Os taverneiros na 7.ª

Os arraes pagarão 1\$000 réis.

Azevedo Pinto—Julio do Carvalho.

Algumas d'estas alterações já foram propostas por outros srs. deputados que o precederam, e já as sustentaram; entretanto não pôde deixar de

Terras de 3.ª ordem..... 75000
de 4.ª e 5.ª dita..... 35000
Gavicho.

Taxas segundo a ordem das terras

CLASSES	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª
1.ª	70.000	42.000	35.000	28.000	21.000
2.ª	35.000	24.500	21.000	14.000	10.500
3.ª	28.000	21.000	14.000	8.400	7.000
4.ª	21.000	14.000	8.400	5.600	4.200
5.ª	14.000	8.400	5.600	4.200	2.800
6.ª	8.400	5.600	4.200	2.800	1.400
7.ª	4.200	2.800	1.400	1.400	2700
8.ª	1.200	700	560	350	2210

Para os efeitos da presente lei as terras serão classificadas segundo o artigo 4.º do projecto do governo. — Gavicho.

Julga conveniente não entrar em largas explicações acerca d'estas propostas, porque, aceitando o convite do illustre relator da comissão, lhe parece melhor ir á commissão dar as razões em que se funda para as apresentar, e por isso limita-se a mandar as propostas para a mesa.

São admitidas para serem remetidas á commissão.

O sr. Monteiro Castello Branco (sobre a ordem): —tendo a mandar para a mesa uma proposta com algumas emendas, additamentos e substituições ás tabellas A e B, principia por fazer algumas reflexões acerca da sua conveniência.

Parcem-lhe muito elevadas as taxas, e com quanto alguns oradores, que têm tomado a palavra n'esta discussão, hajam ponderado a sua elevação, tem ainda assim de fazer algumas considerações.

Julga a illustre commissão que a nossa contribuição industrial, como estava, não só não era sufficiente, mas de mais a mais dava lugar a muitas subtrações, que eram o resultado da depravação do senso moral, e da opinião publica. Permitta-lhe a nobre commissão que lhe diga, que se existem alguns factos que revelam menos bom senso, e uma opinião menos bem formada, a natureza dos nossos homens não é de certo muito diversa da de outros que habitam diversos climas. Todas as vezes que se pede mais do que o que se possui, mais do que o que se pode dar, que se tira o que ha para as primeiras necessidades da vida, procuram-se os meios para obviar a essa extorsão; e é por isso que em muitas outras partes se tem adoptado o systema de elevação de impostos, sem, contudo, elevar as taxas, qual é procurar o seu melhor assentamento. De outro modo, todas as vezes que se elevarem as taxas, hão de apparecer fraudes, e longe de se chegar a um bom resultado, longe de augmentar o rendimento do imposto, ha de diminuir.

Não quer que só a propriedade territorial pague tributos para o estado, porque não é só o trabalho agrícola que produz riqueza, mas o trabalho industrial e o commercial; e é justo que concorram com os meios de que o estado precisa para poder viver, uma vez que o estado lhes dá a segurança, e os meios necessários para o seu desenvolvimento.

De se dizer com tudo que a industria fabril não tem pago em relação com a propriedade, não se segue que hajamos de ir compensar o beneficio que tem tido no passado, lançando-lhe uma taxa muito superior. É necessario que se harmonisem as coisas de modo que se tenha em vista o principio da equidade constitucional, de que cada um deve dar ao estado em proporção com os seus haveres.

Não ha entre nós dados estatísticos pelos quaes se verifique o que o rendimento liquido da industria fabril, officios, artes e commercio, e então é necessario haver muita cautella em não lançar taxas muito elevadas, quando ellas se devem harmonisar com similhante falta, que tambem se dá com relação á propriedade territorial, por quanto as matrizes predias são feitas com pouca exactidão.

Por todas estas considerações, desejando que as taxas fossem moderadas, porque por um lado talvez dessem assim maior rendimento, e por outro lado podendo daqui por diante começar a conhecer as forças das diversas industrias que temos no paiz, os meios de que podem dispor em favor das despesas do estado, como á proporção que for fazendo esse trabalho se poderão augmentar as taxas, entende que em quanto não houver esse conhecimento não se deve começar n'um ponto muito alto para não ter que descer, e tendo em vista o que em outras nações se tem feito parece-lhe mais prudente que se diminua o maximo das taxas a uma quantia que esteja mais em relação com as forças tributarias das industrias fabris.

Já n'este sentido se offereceram propostas da parte de alguns srs. deputados, uma para a redução de 20 por cento e outra para a redução de 30 por cento, mas não se satisfazendo com taes reduções, porque as acham insignificantes, por quanto quasi que as tabellas n'esta parte ficam em harmonia com as francezas, quando as nossas industrias não têm as mesmas forças que as francezas, e quando por isso não se devem fazer contribuições como aquellas, julga que a diminuição podia ser maior e que se fosse de 50 por cento produziria um termo medio conveniente, embora nos annos immediatos houvessem de se elevar as tabellas.

Agora considera-se obrigado, por desempenho do seu mandato, a dizer alguma coisa sobre alguns dos artigos comprehendidos nas tabellas A e B em geral.

Ha algumas industrias que não se podem considerar verdadeiramente senão como complemento da industria agricola, e que estando tributadas n'aquella não é justo que paguem novamente outro tributo.

O fabrico do azeite de oliveira, como a azeitona, não pôde ter outra applicação; sendo tributado, faz com que o proprietario, que já pagava uma contribuição pela propriedade em que estão situadas as oliveiras venha a pagar segunda contribuição, e com que tenha de receber a lei do fabricante, e não o fabricante recebe-lhe; então parece-lhe que em regra este artigo deve ser eliminado, ou pelo menos que deve soffrir uma redução.

O fabrico da aguardente de qualquer especie, ou genobra, cuja transferencia feita pela commissão da tabella B para a tabella A foi justa, porque lhe reduziu a taxa, não lhe parece todavia que seja tributado igualmente pelas disposições que n'este artigo se consignam, por quanto devendo o tributo ser pago proporcionalmente ao rendimento liquido, tanto aquelle que tiver maior rendimento liquido, como o que o tiver menor, vem a pagar o mesmo; e portanto entende que n'esta parte deve haver reforma para que haja mais justiça.

Pelo que respeita ao artigo alugadores de carros, com quanto não lhe pareça que esteja mal collocado, cre que não devia ser estabelecido com a qualidade em que se acha, e parece-lhe que devia ser eliminada a taxa nas terras de 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem, porque n'estes locais não se pôde considerar como uma verdadeira industria, alem de que é complementar da industria agricola, á qual tanto mais caro fica o tributo, quanto mais for subindo o preço dos alugueres dos carros.

Em quanto á cera e mel, apparecendo em tres diversas formas, comprehendidas na tabella, parece-lhe que se devia das tres escolher a mais apropriada para lhe impor a contribuição.

Ha um artigo na tabella A, que diz que, cada fabrica de telha ou tijolo, tendo até tres operarios, paga 3.000 réis, e cada operario a mais 500 réis. Esta taxa é estabelecida em relação a todas as terras do reino, e não somente quanto ás de primeira

e segunda ordem, como lhe parece que ainda se poderia admitir; e por isso propõe que esta industria seja apenas tributada nas terras de primeira e segunda ordem.

Em algumas terras pequenas ha fornos de telha e tijolo, mas trabalham poucos mezes no verão: a industria principal de que esses homens se occupam é da agricola, e só poucos mezes no anno vem fazer este serviço, por interesse mesmo da população.

Agora quanto aos fornos que trabalham todo o anno, e onde estes operarios se não occupam de outro serviço, não tem duvida em votar o imposto que se estabelece.

Quanto ao imposto marcado na tabella relativamente ao gado suino que figura na terceira classe, já o sr. Coelho do Amaral propoz a eliminação, e elle, orador, pelo menos pede que seja reduzida ás terras de 2.ª e 3.ª ordem, e excluidas as outras terras.

Tambem entende que é necessario fazer distincção entre carvão de cepa e carvão de pedra, assim como, é necessario fazer algumas isenções para terras de uma certa ordem, a respeito do carvão de cepa.

Tem tocado os principaes pontos sobre que desejava chamar a attenção da commissão, e concluindo manda para a mesa as seguintes propostas:

Propoem nas taxas da tabella B a redução de 50 por cento.

Na tabella A, que seja eliminado o fabricante de azeite de oliveira.

Que seja tributado a cera uma vez só, e não tres vezes, como encontramos nas duas tabellas.

Que sejam excluidos os moinhos, azenhas ou atafonas, onde só se moe o grão, quando forem empregados n'esse serviço para os donos de propriedades, em que estiverem collocados.

Que sejam excluidos os fornos de telha e tijolo nas terras de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem.

TABELLA B
Que seja excluido o mercador de carvão de sepa nas terras de 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem.

Que seja excluido o mercador de gado caprum e ovelhum nas terras de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem.

O mercador de legumes deve passar para a 8.ª classe.

O mercador de queijos por miúdo deve passar para a 8.ª classe.

Que o mercador de sebo em rama ou em pão não seja tributado nas terras de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem.

Que os estabelecimentos em que se fazem cabazes, cestas, canastras e outras obras similhantes de vimes, não sejam tributados nas terras de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem.

Que da 8.ª classe sejam eliminados todos os artigos que não possam ser considerados verdadeiras industrias em o nosso paiz, ou pelo menos em as terras de 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem. — Monteiro Castello Branco.

O sr. Affonseca (sobre a ordem): —tendo a camara resolvido que as emendas a qualquer parte do projecto podiam ser mandadas para a mesa, em ordem a que enviadas á commissão ella as tomasse na consideração que merecessem: n'este presupposto manda para a mesa uma emenda á tabella A, reduzindo na Madeira a refinação do assucar a 20.000 réis em vez de 100.000 réis que propõem o projecto.

A Madeira soffreu como todos sabem a morte, pode-se assim dizer, do seu unico genero de exportação, o seu precioso e reputado vinho. Desde então os habitantes da ilha lançaram mão de todos os meios para fazer face a este horrivel estado a que estava reduzida aquella possessão. Uns entregaram-se á cultura da canna saccharina, outros á cochinilla, outros ao café, outros aos cereaes; mas é preciso que a camara saiba que nada d'isto compensa a perda do vinho. É bom que se entreguem a estas industrias collateraes, mesmo que a industria do vinho ainda se restabeleça; mas o que é certo é que o vultoso mais importante da agricultura é por certo o vinho.

A industria, ou a cultura da canna saccharina é pois uma industria incipiente, e por consequencia deve ser protegida, e amparada, e não lançar-se-lhe um imposto com que ella não pôde. A refinação do assucar quando tomar o incremento que se espera tomorrow, então concorra como todas as outras para as urgencias do estado; mas sobre a carga-lhe apenas nasce, é um absurdo economico que espera se não dará.

A mãe-patria deve habilitar as suas possessões a fazer face aos seus encargos, e de nenhuma sorte vexa-las, a ponto de não poderem ser uteis nem a si nem a ellas.

Quando o *odium tulkeri* começou seus estragos, entendeu-se que alguma coisa se devia fazer em favor da ilha. Alguem lembrou uma redução de pautas para dar novo incremento e fomentar o commercio da ilha. E o que se fez? Reduziu-se o direito da cevadilha, e só por um anno!!!

Medida tão rasgada que assombrou com razão todo o mundo economico.

Esqueceram porém, os seus auctores, que as classes que mais tinham soffrido pela perda do vinho, não provavam cevadilha nem mesmo no dia do casamento, que é o de mais prazer que elles têm.

Faz votos para que medidas d'estas nem mesmo sejam lembradas.

Se se confronta isto com a resolução de se mandarem os consules portugueses nos diversos paizes do mundo abrir subscrições em favor da Madeira, consentindo que, qual misero mendigo, coberto de tristes andrajões, a Madeira mendigasse de porta em porta o obolo da desgraça, ao mesmo tempo que um vislumbre de fazenda lá á Madeira, e com unhas oiro-sedentadas raspava alguns centos de mil réis que existiam na recebedoria, trazendo-os para Portugal, em vez de os empregar em obras publicas, para fazer viver a classe operaria, que tanto tinha soffrido. Se se confrontar este proceder tão contradictorio, ha de necessariamente concluir-se que preside ás nossas deliberações uma tal leviandade, que nos deve fazer estremecer.

Pede pois que a sua emenda seja remetida á commissão para a tomar na consideração que merece.

A proposta é a seguinte:

Emenda á tabella A
Refinação de assucar na Madeira, a vapor ou agua, 20.000 réis. — Affonseca.

É admitida para ir á commissão.

O sr. Faria Guimarães (sobre a ordem): —depois de referir as relações em que de ha muito está com os artistas do Porto, diz que, tratando-se n'esta camara de uma lei que pôde ferir os interesses das industrias d'aquella cidade, entendeu que lhe não era licito deixar correr a discussão sem apresentar as considerações que julga de necessidade fazer, não para empecer o andamento da discussão, nem para obstar a que a lei passe, mas para mostrar que o governo faria melhor se, em lugar de exigir uma contribuição excessiva, tratasse de fazer a lei aceitavel pelo paiz, pela moderação das taxas.

O actual systema de contribuição industrial está mau, e precisa de ser reformado, mas de modo que possa ser aceitavel.

Quanto ás taxas tem de mandar para a mesa diferentes emendas, pois que c.n. relação aos pontos a que se referem as suas propostas, não se conforma nem com o que propoz o governo, nem com o que propõe a commissão.

Houve uma portaria que determinou, que para as fabricas, na occasião de lançamento dos impostos, serem consideradas como taes, era preciso que ti-

rassem um alvará que assim as considerasse; mas como este alvará custava quinze moedas, os fabricantes não podendo tirar taes alvarás, ficaram sujeitos ao imposto de 10 por cento como as mais industrias; e acontece como se vê do mappa que tem presente das contribuições do districto do Porto, ver-se que ali em relação ao mancio de fabricas não se paga nem 10 réis.

Não ha ali uma unica fabrica collectada com o imposto denominado mancio de fabricas, e isto não é porque as juntas do lançamento e mais autoridades respectivas não quizessem collectar as fabricas; e se tivessem assim procedido de proposito, o governo tinha então feito muito mal em não ter demittido as autoridades que não cumprissem com o seu dever; mas isto aconteceu assim porque os fabricantes se sujeitaram antes a pagar os 10 por cento como as outras industrias; e a contribuição industrial só dentro da cidade do Porto paga 45.000.000 réis de decima industrial.

Concorda, pois, que a lei possa tornar mais igual e equitativo este imposto do que actualmente está, e portanto não deixa de convir em tudo quanto seja tendente a conseguir este fim.

Mas não se diga que a industria está excessivamente favorecida, e que se lhe sustenta a protecção á custa ou em prejuizo dos consumidores, porque isto não é exato.

Está persuadido que todos os consumidores são ao mesmo tempo produtores. Os consumidores que não são produtores são as creanças, os velhos, os cegos e aleijados, e estes todos são dignos de attenção; e ainda ha outros consumidores que não são produtores, e são os jogadores, os vadios e os ladrões, e esses devem lamentar-se, corrigir-se e castigar-se; e cre que estes não merecem as sympathias da assembleia (*riso*). Fora estes todos são produtores; o proprio empregado publico é produtor, o produz o seu trabalho, que, ainda que é remunerado, não pôde ser dispensado. Portanto o argumento de que a industria vive á custa do consumidor não é exato.

Deve notar-se que a primeira lei que se fez da repartição de contribuição industrial, apesar de ter sido votada em cortes, foi repellido com mão armada, e na execução teve um veto que a não deixou caminhar.

Em 1856 houve outra edição d'esta lei, feita pelo sr. Fontes, actual ministro do reino, um pouco mais correcta e augmentada que a primeira, que tambem não pôde ser levada por diante pelos motivos que não repete, porque todos os conhecem.

Apparece agora a terceira edição, que é a que está em discussão, mas vem ainda mais correcta, e ainda muito mais augmentada (*riso*), e creia muito, se a commissão não attender a algumas das emendas que têm sido apresentadas em relação ás taxas, que a lei não possa ter a devida execução.

Mandar, pois, para a mesa, como já disse, algumas propostas para reduzir as taxas, isto é, propõe as mesmas taxas que foram adoptadas em 1856, que são um pouco mais modificadas que as que a commissão propõe.

Observa que a commissão aggravou mais certas verbas de imposto, elevando as taxas, e creando outras novas, e expõe quaes foram. Não deixando, contudo, de ponderar, que a commissão fez no projecto algumas modificações, que, até certo ponto, poderão ser acceptaveis.

O desejo de todos deve ser concorrer cada um com as informações que poder dar, segundo as especialidades das terras a que pertença e conhecimento dos diferentes ramos de industria que ali se exerce, a fim de se emendarem alguns artigos da lei e da tabella de uma maneira que seja a mais justa e razoavel, sem sacrificar umas ás outras industrias (*apoiados*), e de maneira que todos os deputados não sejam deputados de campanario, e que considerem as industrias igualmente em relação ao todo do paiz, e não em relação a cada terra do reino isoladamente (*apoiados*), porque só assim é que se poderá marcar com justiça e igualdade a taxa que deve pertencer a cada uma d'essas industrias, segundo a ordem das terras.

Não quer ameaçar a camara com revoluções, nem isso lhe era admissivel como deputado; mas deve ponderar que tendo os fabricantes, por esta lei, de pagar em relação ao numero de operarios que tiverem, se as taxas que a commissão propõe não forem muito e muito reduzidas, receia que os fabricantes e os industrias, sem se insurreccionarem, inutilisem a lei, porque na occasião em que se tratar de confeccionar as matrizes, elles podem dizer aos operarios: como estamos obrigados a pagar uma taxa tão excessiva, segundo o numero de operarios que tivermos, e como a não podemos pagar, vão-se embora e veremos se depois da formação das matrizes e do lançamento da decima, vos poderemos tornar a admitir.

Se no Porto os fabricantes tomassem uma resolução d'esta ordem, e estão no seu direito se o fizerem, lançar-se-hão á rua 10.000 operarios, e estes 10.000 operarios ficando assim sem meios de subsistencia para si e para suas familias, haviam de pedir trabalho á autoridade publica, que tinha obrigação de lh'o dar. E preciso, pois, evitar que se chegue a este extremo, e não se pôde evitar senão moderando as taxas.

Não se pôde julgar do estado das nossas industrias pelos dados estatísticos que se tem apresentado, porque não são verdadeiros. Ha certos esclarecimentos que se não obtêm d'ellas, e até regularmente quanto ao numero de operarios, dão por via de regra, um numero menor de gente empregada do que realmente tem; mas apesar dos mappaes defeituosissimos e diminutos que apparecem, ainda assim se dão empregados nas industrias de tecidos na cidade do Porto 5.000 operarios, e ha muito mais de 5.000 em relação ás outras industrias; mesmo em relação aos theares, não se dá o numero exacto d'elles nos dados estatísticos que se tem apresentado. Diz-se em uma estatística, por exemplo, que em Lordello ha quatro theares, quando só elle, orador, tem aqui uma fabrica com vinte e quatro theares. Por aqui se vê como se pôde fazer uma verdadeira ideia das industrias do paiz, pelos dados estatísticos que se tem apresentado.

Quanto á reforma das pautas tem visto censurar muito o sr. ministro da fazenda por não trazer á camara promptamente esta reforma; mas elle, orador, louva o sr. ministro por ter nomeado uma commissão para a habilitar a fazer uma reforma das pautas que seja justa. Se esta commissão é como a entende, ella será obrigada a ir examinar as fabricas, fazer o seu inquerito aos estabelecimentos, informar-se dos capitães, que são milhoes de crusados, que estão empregados n'essas industrias, examinar qual o numero de pessoas n'ellas empregadas, e as familias que sustentam, e só depois do sr. ministro ter exacto conhecimento d'isto é que entende que deve tratar da reforma das pautas, só então é que poderá fazer uma reforma justa (*apoiados*). Mas isto não quer dizer, que não se trate desde já de fazer a reforma em alguns artigos da pauta, diminuindo os direitos, como são no assucar, no bacalhau, café, etc. (*apoiados*) os quaes entende que se podem reformar desde já; mas em quanto ao mais é preciso andar com a maior prudencia e circumspecção (*apoiados*).

Como dêsse a hora fica com a palavra reservada para a seguinte sessão.

O sr. Presidente: —ainda não foi admitida a proposta mandada para a mesa pelo sr. Monteiro Castello Branco, por isso vae sujeita-lá á admissão.

É admitida para ser enviada á commissão.
O sr. Presidente: —dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão. —Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 8 de junho, estiveram presentes á chamada á meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Moraes Carvalho, Balduino, Braamcamp, Alves Martins, Antonio de Carvalho, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Henriques Secco, Couto Monteiro, Fonseca Osorio, Roballo de Azevedo, Rodrigues Sampaio, Telles de Vassoncellos, Vaz da Fonseca, Zeferino Rodrigues, barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Cyrillo Machado, conde da Torre, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Garcia Peres, Eduardo Cunha, Mousinho de Albuquerque, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Costa Lobo, Gavicho, F. Pinto Tavares, Soares Franco, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Carvalho e Abreu, Jacinto de Andrade, Ferraz de Miranda, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Noronha e Menezes, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Feijó, Chrysipiano da Fonseca, D. José de Alarcão, Lacerda (D. José), J. M. da Costa e Silva, Silveira Menezes, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Freitas Branco, L. Pinto Tavares, Affonseca, Seixas Penetra, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, Pedro Jacome, Pedro Roberto, Placido de Abreu, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Pindella, e visconde de Portocarrero.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra — O *Comitê* publica a seguinte noticia estatística do movimento dos expostos n'aquelle districto no mez de maio findo:

«No principio d'este mez existiam 1:194 expostos, sendo 1:181 em creação, e 13 na roda.

«Entraram na roda durante todo o mez 36 expostos e 15 repostos.

«Saíram: para crear 46, e foi reclamado 1.

«Falleceram: em poder das amas 8, e na roda 1 exposto e 1 repostos.

«Acabaram a creação 14.

«Ficaram existindo no fim do mez 1:205, sendo em creação 1:190, e na roda 15.

«A exposta que falleceu foi baptizada na roda logo que entrou, por não ser de tempo; e o repostos tambem entrou para a roda por estar doente.»

Porto — Achando-se ancorado no Ouro, diz o *Comercio do Porto*, o palhabeto *Heroismo*, que viera dos Açores carregado de pozolana para as obras da alfandega, na madrugada de 4, algem mal intencionado cortou-lhe os cabos de terra, em consequencia do que o navio garrou nas pedras.

As sete da manhã chegou ali o sr. director das obras publicas, e mandando vir as catraias e gente das obras da barra, tão acertadas providencias deu, que se pôde safar o navio sem avaria nem perigo.

Na mesma folha periodica lê-se a seguinte noticia, que transcrevemos com muito prazer:

«É sempre com legitimo orgulho e verdadeira satisfação que aproveitamos quaesquer factos honrosos para os nossos compatriotas, para lhes dar com o louvor a devida publicidade.

«Associamo-nos á voz de toda a imprensa portugueza para dar o merecido galardão de elogio e agradecimento ao generoso e humanitario capitão Walker, cidadão dos Estados Unidos, a quem a maior parte dos naufragos do brigue de guerra *Mondégo* deveram a salvação e a vida; e não podemos por isso deixar no esquecimento um igual proceder por parte de um portuguez para com os naufragos de um navio da milha americana.

O portuguez de que fallamos é o sr. Luiz Peixoto dos Reis, capitão da galera portugueza *Amizade*, d'esta praça, que, seguindo viagem para o Rio de Janeiro, teve a fortuna de salvar de uma morte inevitavel, e recolher a seu bordo os officiaes e tripulação da barca americana *Brumette*, de New-York, naufragada em novembro ultimo na sua viagem de Leonor (Toscana) para a Philadelpia.

O modo como o digno capitão tratou os naufragos ao desembarque no porto do Rio de Janeiro valeu-lhe a mais honrosa e lisonjeira recommendação feita pelo representante dos Estados Unidos n'aquella capital ao seu governo, que recompensou o sr. Luiz Antonio Peixoto, offerecendo-lhe, por intermedio do seu embaixador em Lisboa, um chronometro e cadeia de ouro, acompanhando estes objectos de uma nota em que do mesmo sr. se falla por modo honroso para elle e para Portugal, em que reflecte todo o elogio merecido feito a portuguezes.

Caminha — No dia 1.º do corrente, pelas sete horas da tarde, naufragou na entrada da barra d'esta villa, conforme diz a *Aurora do Lima*, o cahique *Tres Amigos*, vindo de Aveiro com carregamento de sal. Este barco pertence á casa dos srs. Pereira & filhos, de Aveiro. Salvou-se a tripulação, e mui poucos apparelhos.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 5 do corrente, e de Paris até 2.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Paris, 4, ás cinco horas da tarde — Receberam-se diferentes despachos telegraphicos com a noticia de que a capitulação de Palermo não teve effeito. O bombardeamento começou de novo, e os quartéis estavam cheios de feridos.

Vienna, 4 — Espalhou-se o boato de que a Inglaterra rejektára a proposta da França relativamente a uma mediação commum a favor do rei de Naples, para se decidir a questão da Sicilia.

Paris, 5 (Napoles, domingo á noite) — O rei não quiz aceitar as condições da capitulação, e de novo começaram as hostilidades em Palermo.

Um despacho de Naples, transmittido no mesmo dia, confirma a noticia de que 4.000 revoltosos atacaram Catania. Depois de oito horas de combate, os revoltosos foram derrotados, perdendo tres peças de artilheria e duas bandeiras. Catania foi considerada em estado de sitio.

Napoles, 4 — O armistício foi prorrogado indefinidamente. As tropas reas continuam occupando as mesmas posições. Garibaldi decretou um armamento geral, nomeou um secretario d'estado, commissões de guerra, de defeza e de abastecimento, e distribuiu diferentes porções de terreno pelos seus soldados, offerecendo, alem d'isto, 40 ducados aos desertores dos corpos estrangeiros.

FRANÇA

O jornal official francez publica no seu numero de 2 do corrente a seguinte nota:

«O governo entende dever protestar contra as supposições de todo o genero, as accusações malevolas ou as interpretações pouco reflectidas a que tem dado lugar, n'estas ultimas semanas, a questão da annexação da Saboya e do districto de Niza á França. Foi depois de uma guerra feliz e de acontecimentos que consideravelmente augmentaram o

seu territorio, que o rei da Sardenha, a pedido do imperador, e consultando alem d'isso o interesse de provincias separadas do resto dos seus estados pelas mais altas montanhas da Europa, consentiu em assignar o tratado que vae reunilas á França, depois de ter logar o voto solemne das populações. Que ha mais franco, mais regular e mais legitimo? Todavia, sob a influencia de paixões hostis, ou de amizaes imprudentes, uns entregam-se a insinuações, outros a apreciações que tendem a attribuir ao governo francez a intenção de provocar ou permittir que surjam complicações na Europa, procurando assim uma occasião para novos engrandecimentos. O pensamento que o animo é inteiramente opposto.

«O governo, altamente o proclamamos, lamenta estas intrigas destinadas a propagarem constantemente impressões menos exactas sobre as suas verdadeiras intenções. O imperador emprega todas as diligencias para restabelecer na Europa a confiança, um tanto perdida. O seu unico desejo é viver em paz com os soberanos seus alliados, e fazer o possivel para que se desenvolvam com actividade os interesses da França.»

NAPOLES

O *Courrier du Dimanche* diz que depois da reunião de um conselho de ministros, presidido pelo rei, e ao qual assistiram todos os membros da familia real, o commendador Carafa entregou aos agentes diplomaticos estrangeiros uma nota, na qual reclama a garantia do territorio das Duas Sicilias, e a intervenção maritima das potencias representadas em Naples. Em troca d'estas concessões, o rei promette conceder aos seus estados uma constituição altamente liberal.

O jornal citado acrescenta que o embaixador da Sardenha recebeu do seu governo ordem para protestar contra qualquer intervenção estrangeira na Sicilia.

SICILIA

Sob a epigraphe de *expedição de Garibaldi*, lê-se na *Patrie* de 2 do corrente o seguinte:

«Temos á vista os seguintes promotores interessantes relativos á situação de Palermo, e aos acontecimentos de que essa cidade acaba de ser o theatro:

«Palermo fica situada ao norte da Sicilia, no fundo de um golpho a que ella dá o seu nome, e na embocadura de um pequeno rio denominado Osoto. A antiga cidade está defendida por uma muralha em mau estado, e que terá de extensão quatro kilometros; a cidade nova prolonga-se, fora das fortificações até á estrada de Monreal. N'este sitio, a muralha que defende a praça apresenta uma lacuna de perto de trezentos metros.

«As verdadeiras defezas de Palermo são as do lado do mar, que se compõem de dois fortes principaes, dos quaes um é o forte de Castel-Lucio, situado na extremidade do porto, e o outro é o forte de Castellamare, em forma de rectangulo. Este ultimo forte está em perfeito estado de conservação e bem defendido: é por elle que as tropas napolitanas mantêm as suas communicações com o mar e com o porto.

«A cidade tem duas ruas principaes que a cortam transversalmente e a dividem em quatro partes quasi iguaes; uma é a rua del Cassaro, e a segunda a rua Macquede ou *Strada Nuova*. Têm 1.400 metros de extensão, sobre 15 de largura.

«Garibaldi chegou no dia 26 de frente de Palermo, e no dia seguinte apoderou-se da cidade nova. A população, que se compõe de 180.000 almas, declarou-se immediatamente a favor da insurreicção, e o general Lanza não quiz prolongar a defeza da parte sul da praça, a fim de não perder as suas communicações com o mar; retirou-se para o forte de Castellamare, que era ainda defendido pelas tropas napolitanas, á data das ultimas noticias.

«Apesar da dedicação das tropas, não parece possivel que, em presença do poder da insurreicção, ellas prolonguem por muito tempo a luta. De um a outro momento é esperada a noticia de que ellas embarcar para Messina, que vae tornar-se o centro das operações na Sicilia.

«A tomada de Palermo terá immensos resultados, porque os principaes pontos da ilha, que até hoje se têm conservado tranquilos, se revoltarão apenas se receba a noticia da victoria alcançada pela insurreicção. A praça de Messina vae ser atacada e defendida com energia. Se ella succumbir, a sua queda terá consequências incalculaveis. Segundo o plano da insurreicção, ella se tornará uma base de operação para atacar os estados da Terra Firme que actualmente gosam do mais completo socego.

«Logo depois da tomada de Messina, organizar-se-ha em grande escala uma expedição contra a Calabria. Então a questão se apresentará com um aspecto novo, porque todos sabem muito bem que sempre existiu um antagonismo mui pronunciado entre os sicilianos e os calabrezes, e que estes ultimos, até hoje, têm

